MAIO • 1994 • ANO XXIX Nº 272

# convergência

## Mulheres testemunhas do Evangelho – Ir. Maria Teresa Porcile Santiso

## Religiosos e religiosas inseridos no mundo do trabalho – Ir. Vera Ivanise Bombonatto, FSP




convergência

CRB 40 anos

# SUMÁRIO

EDITORIAL
"COM O SUOR DO TEU ROSTO" ..... 193
Pe. Spencer Custódio Filho, SJ

INFORME CRB ..... 195

PALAVRA DO PAPA
A PARTICIPAÇÃO DOS LEIGOS NA VIDA DA IGREJA ..... 197

A VIDA FRATERNA EM COMUNIDADE ..... 200
Pe. Pier Giordano Cabra

MULHERES TESTEMUNHAS DO EVANGELHO SEMPRE NOVO E DOADOR DE VIDA ..... 204
Ir. Maria Teresa Porcile Santiso

LEIGO OU SIMPLESMENTE CRISTÃO? ..... 214
Luiz Alberto Gómez de Souza

O SONHO DA "TERRA SANTA" SOBREVIVE ... 224
Pe. Antonio Boeing, SDV

RELIGIOSOS E RELIGIOSAS INSERIDOS NO MUNDO DO TRABALHO ..... 236
Ir. Cláudio Briand e irmãs inseridas no mundo do trabalho

VR INSERIDA NO MUNDO DO TRABALHO: UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE ..... 242
Pe. Spencer Custódio Filho, SJ

ABORTO: UM DESAFIO AO COMPROMISSO COM A VIDA ..... 250
Pe. Luís Gonzaga Scudeler, CSSR

# NOSSA CAPA

Detalhe do Painel sobre os 500 anos de Vida Religiosa no Brasil, dos artistas populares Anderson Souza Pereira, MSC, e Elda Broilo, SC. Após a restauração da Vida Religiosa, mediante vigoroso transplante de Congregações antigas e recentes da Europa para o Brasil, nasce uma nova caminhada. A criação da CRB, em 1954, preparou a Vida Religiosa para a marcha a que a Igreja se propõe na América Latina, nesta nova fase: participação do povo, ênfase em nossa realidade e olhos no Vaticano II, Medellín, Puebla, Direitos Humanos, Evangelii Nuntiandi... Religiosos (mulheres e homens) se misturam ao povo caminhando na mesma direção.

**ASSINATURA PARA 1994:**

**BRASIL:** taxa única
Terrestre ou aérea ..... US$ 25,00

**EXTERIOR:** taxa única
Terrestre ou aérea ..... US$ 85,00

Número avulso (Brasil) ..... US$ 2,50

*Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.*

**convergência**
Revista Mensal da
Conferência dos Religiosos
do Brasil: CRB

**DIRETOR-RESPONSÁVEL:**
Pe. Edênio Valle, SVD

**REDATOR-RESPONSÁVEL:**
Pe. Marcos de Lima, SDB (Reg. 12679/78)

**EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:**
**Coordenador:**
Pe. Spencer Custódio Filho, SJ
**Membros:**
Pe. Atico Fassini, MS, Ir. Lina Boff, SMR e
Fr. Luis Fernando Peixoto, OFM

**DIREÇÃO, REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO:**
Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4° andar
Cinelândia — Tel.: (021) 240-7299
20038-900 — Rio de Janeiro — RJ

**DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO:**
Edições Loyola
Rua 1822 n. 347 — Ipiranga
04216-000 — São Paulo — SP
Tel.: (011) 914-1922

**Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do DPF sob o n. P.209/73**

# EDITORIAL

# "COM O SUOR DO TEU ROSTO"

Pe. Spencer Custódio Filho, SJ

A relação vida religiosa-mundo do trabalho tem sua história ancorada nos primeiros tempos do cristianismo. A primeira ocupação laboral dos religiosos, tanto no Ocidente como no Oriente, foi o trabalho manual. Para São Bento, mais tarde, os monges não podiam ser considerados como tais a menos que vivessem do trabalho de suas mãos: o religioso ora e trabalha! *Com* o trabalho realizava-se pessoalmente e, *pelo* trabalho, a comunidade religiosa oferecia seu melhor testemunho. Posteriormente se incorporará a atividade intelectual do estudo, da pesquisa e o trabalho cultural. Pouco a pouco, adquire identidade laboral a tarefa pastoral: os trabalhos de pregação, de missões e retiros, de sacramentalização e direção espiritual. No séc. XVIII e, sobretudo, no séc. XIX, vão surgindo congregações definidas por sua missão que se concretiza em obras determinadas: cuidado dos enfermos, educação, missões e as mais diversas atividades de promoção humana. A vida religiosa, portanto, sempre se sentiu "trabalhadora". Porque, então, esta preocupação com uma relação mais próxima junto ao mundo do trabalho que se nota e se ouve nestes últimos anos?

Biblicamente sabemos que o ser humano é criado por Deus à sua "eikon" (=imagem), a partir do barro moldado, da terra vivificada pelo sopro do Espírito divino, para percorrer a História até alcançar a plena "homoiosis" (=semelhança) com o Criador. Assim, a História humana, com todos os elementos que a compõem, e de modo especial o trabalho pela sua dimensão abrangente, fica marcada com um sinal escatológico que, sem contradição, recolhe e compromete a liberdade criadora do ser humano. Neste quadro, o sujeito do trabalho que é a pessoa humana exige que esta possa conservar a consciência de estar envolvida em algo que lhe é próprio (cf. "Laborem Exercens" n. 15). O trabalho está em função da pessoa e não o contrário. Daí que a propriedade privada e o capital, entendido como o conjunto dos meios de produção, possuem uma *função social*: são fruto do trabalho e têm sentido apenas se salvaguardam a primazia da dimensão subjetiva desta finalidade.

O trabalho, antes de produzir objetos ou serviços, gera relações e estas, em nossos tempos, aparecem particularmente atingidas. O arrocho salarial, o desemprego, o trabalho alienado, a violência, o processo inflacionário, a instrumentalização do ser humano e a redução de tudo ao sistema econômico fazem com que a relação laboral revele o julgamento da relação de opressão, tornando-se assim um lugar pastoral prioritário.

À luz destas reflexões percebe-se que a ação evangelizadora no mundo do trabalho tem alguns objetivos claros: a) em primeiro lugar, contribuir para a assunção da experiência de trabalho como lugar de contato com Deus na história; b) a necessidade de formular uma pastoral especializada visando à constituição do sujeito e sua defesa permanente na perspectiva de uma ética social de inspiração evangélica; c) a

compreensão da pastoral do trabalho como evangelização do mundo laboral em toda a sua amplitude, e não apenas visto como pastoral operária.

A vida religiosa tem se tornado permeável a essa situação e a esses apelos evangelizadores. CONVERGÊNCIA gostaria, neste mês em que se celebra o dia do trabalho, de trazer alguns elementos que possam contribuir para a sensibilização de um número maior de religiosos/as para este tema. Tanto o texto da "Palavra do Papa" como o artigo de Luiz Alberto Gómez de Souza —"Leigo ou simplesmente cristão"—, apresentado em reunião da Equipe de Reflexão Teológica, acentuam que o protagonismo primário nessa área é daqueles "simplesmente cristãos", não procurando, é claro, uma divisão de áreas de atuação, mas redescobrindo a fecunda peculiaridade de carismas diversos e específicos. Na mesma direção segue o Pe. Antonio Boeing SVD ao retomar a leitura do fato histórico conhecido como "Contestado", no início do século, apontando que o caminho de recriação da liberdade real das maiorias oprimidas é eminentemente leigo, cabendo à vida religiosa acenar com as possibilidades da utopia, por causa do Senhor. Ir. Cláudio Briand e um grupo de religiosas de São Paulo, inseridos no mundo do trabalho, trazem a reflexão sobre os caminhos e a espiritualidade desta experiência ainda pioneira em nossa realidade, enquanto o autor destas linhas pensa poder contribuir para o debate trazendo três pequenas teses sobre o tema.

Nosso número de maio não ficaria completo se não relembrássemos Maria, Senhora Nossa, junto com outras "Mulheres testemunhas do Evangelho sempre novo e doador de vida", em que Maria Teresa P. Santiso nos fala do diaconato da mediação que antecipa, propicia, provoca a "hora" da Nova Aliança. Outros artigos completam este exemplar em suas mãos com temas que tocam nosso cotidiano. O redentorista especialista em moral, Pe. L. G. Scudeler provocativamente apresenta "Aborto, um desafio ao compromisso com a vida", que se tornou candente para nós após a entrevista de uma religiosa a uma revista de circulação nacional em passado recente. É de se ler com particular cuidado a terceira parte do artigo.

Com esta proposta CONVERGÊNCIA espera estar sempre servindo seus leitores e leitoras para que continuem uma caminhada de oração, trabalho, estudo e convivência em que estes elementos se irmanam, se alternam, se integram, se multiplicam e se convertem em testemunho e ação apostólica. Pomos assim os pés onde Jesus os pôs e fazemos nosso o seu caminho, que é caminho de humildade, oferta e serviço, na melhor tradição espiritual da vida religiosa.

# INFORME CRB

## 1. VI INTERAMERICANA DE RELIGIOSOS

Entre os dias 26/02 e 03/03 realizou-se na capital da República Dominicana (Santo Domingo) esse importante encontro de Religiosos e Religiosas das 3 Américas. Eram cerca de 200 os participantes, sendo 41 canadenses, 80 americanos e americanas e 80 da A.L. Os brasileiros eram 6: três representavam a CRB (Ir. Silvana, P. Cláudio Trudelle e Pe. Edênio), dois eram teólogos e assessores (Pe. Taborda e Ir. Carmelita) e a Ir. Elza, na qualidade de Vice-Presidente da CLAR. Também a Santa Sé e o CELAM se fizeram presentes. O tema central era: "Nova Evangelização e Vida Religiosa". A reflexão se fez em 4 momentos: (1) partiu-se da realidade; (2) passou-se à consideração da Nova Evangelização; (3) abordou-se a questão da identidade da Vida Religiosa; e (4) a eclesialidade da VR.

Sobre cada um desses subtemas pronunciavam-se 3 teólogos ou teólogas, um do Canadá, um dos EUA e um da América Latina. Todos tinham o texto, mas cada explicitador o apresentava por 15 minutos, seguindo-se um pequeno debate no plenário. Na parte seguinte, os 200 participantes distribuíam-se em 18 grupos lingüísticos, retomando as questões e descendo mais ao concreto da VR. No fim da tarde havia um plenário para enfeixar o dia.

O que visava a Interamericana? Essa reunião é a sexta de uma série iniciada nos anos 70. Seu primeiro objetivo é o do intercâmbio, do mútuo conhecimento.

Mas havia o desejo explícito de chegar a uma solidariedade mais efetiva, mais comprometida. Infelizmente não se chegou a isso. Espera-se que as Diretorias das 4 grandes Conferências continuem nessa linha da concretização mais prática da comum missão da VR nas Américas.

Uma comissão de 4 membros (um deles do Brasil) se encarregou de ir preparando uma "Declaração Final", a ser assumida pela Assembéia em seu conjunto. Isso deveria dar-se no último dia, principalmente, mas por razões do método usado e pela complexidade de uma reunião com pessoas vindas de realidades tão distintas, não houve tempo para tanto. A CLAR se encarregará de finalizar o texto de "sua" declaração, dentro do espírito e dos pontos levantados em comum pelos 200 participantes.

## 2. CLAR READQUIRE SUA AUTONOMIA

Pe. Benito Blanco Martinez leu no início da Interamericana a carta da Congregação dos Religiosos, na qual se comunica a decisão do Santo Padre de restituir à CLAR sua plena automia. Com isto, suspende-se a "intervenção de quase 3 anos, expressa na presença de um Bispo Delegado do Pontifício com plenos poderes e na Presidência, nomeada e não eleita pela Assembléia, conforme prevê o Estatuto da CLAR".

Com essa medida, a Assembléia da CLAR (que será em São Paulo, em junho de 1994) terá condições para tomar suas decisões e eleger seu futuro quadro diretivo.

O anúncio da decisão foi saudado pela Interamericana com uma longa salva de palmas. Muitos religiosos e religiosas bem informados ressaltaram a importância da ação e presença discretas e fraternas do Delegado Pontifício, Dom Heitor Lopez Hurtado, Bispo colombiano que durante esses três anos foi sempre um irmão-pastor e sempre defendeu a necessidade do retorno da CLAR à plena autonomia.

## 3. IRMÃS BRASILEIRAS ENTRE OS HAITIANOS DA REPÚBLICA DOMINICANA

Zenaide, Idalina, Marilena e Albertina: quatro missionárias carlista scalabrianas. Chegaram a Santo Domingo há três anos com o objetivo de se dedicarem aos "migrantes" haitianos que vêm cortar cana-de-açúcar na República Dominicana, por ocasião da colheita anual. Só nos 5 engenhos onde atuam as missionárias brasileiras esses deserdados são cerca de 7.000. Vivem em condições perfeitamente análogas às dos tempos da escravidão: sem contrato, sem direitos, espoliados em seu salário minguado, vivendo de favor, humilhados a todo instante. Residem nas chamadas "bateyes", que são senzalas situadas em torno dos velhos e obsoletos engenhos. As 4 brasileiras e também alguns poucos outros missionários carlistas e leigos consagrados resolveram assumir a causa humanitária, política e cristã desses últimos dos últimos. O trabalho é árduo. É olhado com desconfiança pela população cheia de preconceitos em relação aos haitianos. Encontra a hostilidade raivosa por parte das autoridades nos engenhos que são estatais. Essas estão habituadas a tirar proveito econômico, social e também sexual das e dos cortadores de cana. A ação corajosa dos missionários, muito especialmente das irmãs, põe às claras a injustiça das relações de trabalho e a roubalheira. Os meios eclesiásticos locais tomam certa distância da iniciativa da criação de CEBs (que já começam a crescer), da organização muito inicial dos trabalhadores e da defesa de seus direitos.

Durante o Encontro Interamericano de Religiosos(as), o grupo de 30 canadenses e americanos que visitou o engenho e as "senzalas" ficou chocado com o que viu. "É inacreditável que isto possa existir", repetia uma das visitantes. Para as irmãs brasileiras, foi uma especial alegria receber entre os visitantes alguns dos brasileiros que foram lhes levar a certeza de nossa solidariedade e oração.

# PALAVRA DO PAPA
# A PARTICIPAÇÃO DOS LEIGOS NA VIDA DA IGREJA

1. "O próprio nosso Senhor Jesus Cristo e Deus, nosso Pai... consolem os vossos corações e os tornem firmes em toda a espécie de boas obras e palavras" (2 Ts 2,16).

Cada um de vós é instrumento vivo de unidade e de catolicidade, alimentando a fidelidade das vossas Igrejas particulares a Cristo, mediante o fortalecimento dos vínculos de comunhão eclesial com o sucessor de Pedro e com os outros membros do Colégio episcopal.

2. Um dos temas recordados durante esta série de reflexões ad Limina com os Bispos foi a urgente necessidade de uma genuína renovação espiritual e moral na Igreja e na sociedade. No período que precede a viragem do milênio e o grande jubileu de comemorações que reevocam o mistério da Encarnação redentora do Filho, o Espírito Santo continua a exortar a Igreja à purificação, ao arrependimento e a um renovado fervor espiritual. A Igreja inteira tem necessidade de responder com generosidade a este chamamento, para que a graça do milênio não seja oferecida em vão (cf 2 Cor 6,1). Para inúmeras pessoas, a verdade da providência amorosa de Deus acerca da criação e a verdade da graça da salvação em nosso Senhor Jesus Cristo são cada vez menos parte vital das suas vidas. O desafio pastoral que a Igreja e os seus membros estão a enfrentar no fim do século XX consiste em tornar evidente a importância da mensagem evangélica para o destino transcendente dos indivíduos, bem como para o desenvolvimento verdadeiramente humano.

O caminho que leva à reforma eclesial passa através da eclesiologia da comunhão, ponto central e fundamental dos documentos do Concílio (cf Sínodo Extraordinário dos Bispos, 1985, Relatio finalis, C. 1). Ao promanar da fonte viva da sagrada Tradição, a eclesiologia da Koinonia pode levar a Igreja àquela reforma necessária e autêntica, àquela metanóia verdadeiramente eclesial que "deve ser avaliada não tanto em termos das estruturas externas, como em termos de compreensão mais profunda e de implementação mais efetiva da visão central da sua verdadeira natureza e missão" (Discurso aos Bispos dos Estados Unidos da América, 16.IX.87, n. 1).

3. A comunhão eclesial, com efeito, é uma profunda realidade que chega ao âmago mesmo do mistério trinitário, em que a distinção real das Pessoas não diminui de modo algum a unidade de Deus-Pai. A dimensão vertical da comunhão — o amor de Deus, derramado nos nossos corações mediante o Espírito Santo (cf Rm 5,5), e que nos leva a uma nova vida em Jesus Cristo — é a experiência fundamental e central da nossa vida cristã. Esta graça, que só atinge a sua realização na Igreja celeste "a fim de que Deus seja tudo em todos" (1 Cor 15,28), é o objetivo com o

qual todos os seres humanos são criados à imagem e semelhança de Deus (cf Catecismo da Igreja Católica, nn. 1720-1722). Trata-se do mistério sublime do amor salvífico de Deus, que a Igreja deve sempre proclamar no seu ensinamento, celebrar nos seus sacramentos e promover em toda a sua vida e atividades. Cada um dos aspectos da renovação da Igreja, tanto na Liturgia como na catequese ou na prática e disciplina pastoral e canônica, deve ter como finalidade própria a revitalização e o crescimento da graça nos nossos corações, bem como o aprofundamento da comunhão com Deus-Trindade.

Apesar de toda a sua sublimidade, a comunhão da qual estamos a falar não é uma realidade distante e abstrata. É o fundamento mesmo da organização e da atividade da Igreja em todos os níveis. Daí, os ministros, os organismos e as relações que promovem a comunhão eclesial na sua dimensão horizontal devem ter como objetivo primário levar as pessoas a Cristo, fazer com que os batizados cresçam na fé, na esperança e no amor, e edificar o corpo de Cristo na unidade da fé e da disciplina.

4. A partir do Concílio, e assim como é formulado pelo Código de Direito Canônico, a teologia da comunhão no seio da Igreja tem promovido uma difundida organização das estruturas de consulta em diversos níveis. A participação efetiva dos fiéis na missão da Igreja, mediante os conselhos paroquiais, os conselhos financeiros e os comitês para atividades específicas, tanto no nível paroquial como no diocesano, é um empreendimento importante na vida das vossas Dioceses. Estais muito conscientes dos resultados positivos deste processo, mas também das dificuldades que ainda devem ser resolvidas, no que se refere à base educativa e formativa dos cooperadores leigos, e à promoção de vínculos mais explícitos com as Dioceses e as paróquias em que os leigos estão empenhados.

Os leigos, "segundo a ciência, competência e prestígio que possuem, têm a faculdade, às vezes até o dever, de manifestar o seu parecer no que se refere ao bem da Igreja" (*Lumen gentium*, 37). Eles podem fazê-lo tanto de modo individual como mediante organismos adequados (cf. Congregação para o Clero, *Omnes Christi-fideles*, 25.1.1973). Compete, portanto, aos Pastores da Igreja estar sempre atentos às sugestões e às propostas dos fiéis leigos, ao mesmo tempo que exercem a liberdade e a autoridade própria, mediante o direito divino de governar aquela porção do povo de Deus que lhes está confiada.

Seria um erro julgar as estruturas eclesiais da participação e da cooperação segundo padrões democráticos seculares, ou considerá-las formas de participação no poder, ou ainda considerá-las meios para impor idéias ou interesses particulares. Elas devem ser consideradas formas de solidariedade espiritual próprias da Igreja como comunhão de homens que, "embora muitos, constituem um só corpo em Cristo, sendo individualmente membros uns dos outros" (cf Rm 12,5). Estas estruturas são úteis, na medida em que manifestam a verdadeira natureza da Igreja como comunhão hierárquica, animada e guiada pelo Espírito Santo. Quando elas operam em harmonia com o Espírito de Deus, são sinais válidos de como os batizados podem levar os fardos uns dos outros (Gl. 6,2) de modo apropriado para uma comunidade enriquecida pelos diversificados dons hierárquicos e carismáticos (cf *Lumen gentium*, 4).

5. Inúmeras outras formas de participação laical na missão da Igreja chamam a vossa atenção e exigem a vossa orientação pastoral. Uma medida significativa da vitalidade da comunidade católica são os leigos que servem como missionários ou voluntários, quer por um determinado período, quer de modo permanente. Outra

delas é a vasta rede de movimentos e organizações laicais.

Do mesmo modo, o crescimento das pequenas comunidades cristãs, especialmente dentro dos territórios paroquiais, é um instrumento de formação para os leigos e um impulso para a missão no mundo. Na maioria dos casos, estas comunidades são úteis para animar a vida da paróquia, sendo instrumentos ativos de evangelização e de missão. Nalguns casos, é necessária uma orientação pastoral sensível, a fim de assegurar que permaneçam em plena comunhão e harmonia com a Igreja local. A Exortação *Christifideles laici* contém critérios e orientações adequados para a integração das pequenas comunidades no mais vasto corpo eclesial (cf n. 30).

6. O vosso ministério deve ter em conta as riquezas da expressão religiosa e da diversidade cultural, e para isso são necessários adequados programas e iniciativas pastorais. Uma das principais tarefas pastorais é a evangelização e a catequese, de modo especial perante o proselitismo extremamente ativo dos outros grupos religiosos. Os líderes da comunidade católica ressaltam com freqüência a necessidade que existe de apoiar a família no seio da comunidade de fé e de solidariedade, de modo particular mediante pequenas comunidades eclesiais pessoais, importantes para a vida cotidiana dos seus membros. O ministério exercido em favor dos jovens não deve ignorar a importância da transmissão de uma espiritualidade genuína e exigente, centrada no conhecimento e no amor de Cristo Redentor, e orientada para a encarnação do espírito das bem-aventuranças na vida cotidiana. Em última análise, o bom êxito dos esforços da Igreja dependerão em grande medida da proporção das vocações autóctones entre homens e mulheres, e da formação apropriada dos seminaristas e dos religiosos, com padrões não menos exigentes do que os usados para outros candidatos.

7. Uma preocupação constante dos Pastores da Igreja deve ser a questão que se refere à possibilidade de os leigos católicos receberem uma formação teológica e espiritual contínua, inclusive uma formação na doutrina social da Igreja, em um nível suficientemente alto, a ponto de garantir que desempenharão plenamente o próprio papel na Igreja e na sociedade. Esta formação deveria ser disposta de maneira a resolver as dificuldades práticas no nível paroquial, onde são tantos os interesses seculares que pretendem chamar a atenção das pessoas.

Um dos problemas particulares, que atinge o âmago da comunhão de fé da Igreja, é a confusão e até mesmo o escândalo causado por católicos em ambientes públicos ou nos meios de comunicação, apresentando posições contrárias ao ensinamento da Igreja. Este problema exige uma orientação sensível da vossa parte. Encorajo-vos nos vossos esforços por oferecer uma defesa clara da autêntica doutrina católica e por promover uma melhor compreensão do "assentimento da fé", da mente e do coração, exigido de todos os membros da Igreja (cf *Lumen gentium*, 25).

Oxalá, a materna intercessão da Imaculada Mãe de Deus obtenha para vós — e para os sacerdotes, religiosos, leigos e leigas das vossas Dioceses — uma fé cada vez mais profunda, uma esperança cada vez mais viva e uma caridade mais ardente!

Com a minha Bênção Apostólica.

João Paulo II
(audiência coletiva em 2/10/93)

# A VIDA FRATERNA EM COMUNIDADE

Pe. Pier Giordano Cabra

Em um ano de Sínodo sobre a vida religiosa, a Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica decidiu publicar um documento sobre "A vida fraterna em comunidade" cuja apresentação publicada no OSSERVATORE ROMANO reproduzimos.

No dia 19 de fevereiro o esperado documento "A vida fraterna em comunidade — Congregavit nos in unum Christi amor", foi apresentado pelo Card. Eduardo Martinez Somalio, Prefeito da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica.

O documento, com a sua elaboração já iniciada a partir da Plenária do próprio Discastério, em 1990, fruto do trabalho da sucessiva Plenária de 1992, foi aprovado pelo Santo Padre a 15 de janeiro de 1994 e, agora, publicado com a data de 2 de fevereiro de 1994.

O documento quer responder a não poucos interrogativos surgidos nestes anos, em decorrência da evolução e das mudanças que abrangeram os vários aspectos da vida religiosa, não último o da vida comunitária.

Por uma série de motivos, que são examinados amplamente na parte introdutiva, a vida fraterna em comunidade foi fortemente influenciada, passando por modificações consistentes.

Do grande fervor comunitário dos primeiros anos do período pós-conciliar, por exemplo, nos quais parecia que a renovação da inteira vida religiosa devesse identificar-se com a renovação comunitária, passou-se para um período em que o "fazer comunidade" não é considerado um dos objetivos essenciais. O individualismo dominante na cultura ocidental, por um lado, e as grandes necessidades da missão, por outro, contribuíram para considerar menos relevante nalgum lugar o próprio ideal comunitário, por alguns religiosos e religiosas.

Daqui a necessidade de efetuar um discernimento entre as várias tendências em curso e entre as várias realizações postas em prática nas diversas partes do mundo, a fim de compreender, também nos novos contextos, o significado da vida fraterna vivida em comunidade e para avaliar as suas atuações.

• • •

O documento está dividido em três partes.

A ampla introdução quer apresentar as situações criadas nas mais diversificadas

culturas e regiões do mundo, em conseqüência das consistentes evoluções e tendências teológicas e sociais. As duas grandes dinâmicas, a que derivou do Concílio e a que está em atuação na sociedade ocidental, podem ajudar a compreender tanto os melhoramentos como as dificuldades que se verificaram na concepção e na prática da vida fraterna. Análise necessária, para evitar tanto as generalizações de culpabilidade quanto as sumárias justificações absolutórias.

A primeira parte apresenta brevemente o fundamento teológico da comunidade religiosa: antes de ser uma realização humana, a vida fraterna é um dom. No início de toda a vida comunitária há o amor de Cristo, que convoca ao redor de Si e dos irmãos, há o dom do Espírito, que permite a construção de fraternidade, isto é, de realizações, ainda que parciais, da humanidade nova, inaugurada e tornada possível pelo sacrifício de Cristo, pelo mandamento novo, pelo seu exemplo e pela Eucaristia, que é o sacramento da unidade.

São páginas densas e rápidas, que não pretendem exaurir a rica teologia da fraternidade, em geral, e da fraternidade vivida em comunidade religiosa, em especial, porque o dado teológico reemerge continuamente em todas as outras partes, para sustentar e encorajar com as suas perspectivas de fé o modo cotidiano de viver.

Uma das características, de fato, deste documento é a aderência à vida cotidiana e à linguagem fácil e fluente, que encoraja e facilita a leitura por parte dos religiosos e das religiosas, que nele se encontram abrangidos e interpelados, na realidade concreta dos seus problemas e das suas dificuldades de cada dia.

A segunda parte versa sobre a comunidade religiosa como "lugar em que se torna irmão". A fraternidade é, com efeito, dom, mas também tarefa. É realidade e vocação altíssima e empenhativa, que envolve as melhores energias humanas e espirituais do cristão em geral e do religioso de modo especial.

Se a fraternidade é, antes de tudo, um dom, este deve ser pedido e implorado pessoal e comunitariamente: daqui o lugar prioritário dado à oração, à liturgia, sobretudo à Eucaristia, à palavra de Deus, à presença de Maria. A comunhão é uma realidade tão frágil que deve continuamente ser criada e recriada pelo Alto, vivificada e santificada pelo poder do Espírito. É a dimensão mística.

Deve-se, contudo, pôr em relevo e talvez até redescobrir também um sério itinerário espiritual, uma clara oposição ao caráter espontâneo e ao diletantismo espiritual, que aspira à fraternidade mas nem sempre é capaz de pagar o seu preço. É a dimensão ascética.

"A comunidade sem mística — afirma-se de modo eficaz — não tem alma, mas sem ascese não tem corpo. Requer-se "sinergia" entre o dom de Deus e o empenho pessoal para construir a comunhão encarnada, isto é, para dar carne e concretude à graça e ao dom da fraternidade". Mas há também componentes culturais a evidenciar e a ter presentes, tais como a comunicação (a partir da comunicação dos bens espirituais), a dimensão psicológica, o conhecimento das dinâmicas de grupo. Daqui os parágrafos ricos de referências ao modo de viver cotidiano, com os títulos expressivos: "comunicar para crescer juntos", "comunidade e maturação da pessoa", "do eu ao nós", "ser uma comunidade em formação permanente".

E por fim é apresentada a autoridade ao "serviço da fraternidade", quase no final e como coroamento do inteiro caminho de redescoberta de alguns elementos, aqui e ali subestimados nestes últimos anos.

A autoridade apresenta-se como o visível e insubstituível vínculo de unidade da

fraternidade e a guia rumo à sua construção.

Deste modo, a comunidade fraterna adquire força de sinal, "o sinal que mostra a origem divina da mensagem cristã". "Por isto toda a fecundidade da vida religiosa depende da qualidade da vida fraterna em comunidade", como afirmou o santo Padre na Plenária de 1992.

Pode-se observar que as indicações desta parte, embora referindo-se diretamente à vida religiosa, podem ser muito úteis também para a construção de qualquer comunidade cristã. São páginas que podem ser lidas com proveito, também por aquele que acredita que a fraternidade não é um "opcional" na Igreja, mas a sua realidade mais profunda e evangelizante.

A terceira parte trata da comunidade religiosa como lugar e sujeito da missão. E isto sempre na convicção de que a realização duma comunidade fraterna faz parte da missão da vida religiosa e de que, portanto, não pode haver empenhos apostólicos tão absorventes que justifiquem a realização de comunidades medíocres, sob o ponto de vista da fraternidade.

São enfrentadas aqui todas as principais situações e questões que nestes anos envolveram a comunidade religiosa: as relações com a Igreja particular, com a paróquia, com os movimentos, a inserção nos ambientes populares, as pequenas comunidades presentes no coração da cidade secular, os religiosos e as religiosas que vivem sozinhos, algumas situações particulares dos territórios de missão.

A todas estas situações, em parte novas, são oferecidos critérios de discernimento, úteis para esclarecer e orientar de maneira positiva as várias realizações, a fim de não deixar faltar as necessárias indicações que podem permitir evitar aqueles inconvenientes, que correm o risco de comprometer também as mais generosas iniciativas. Por fim, são enfrentados os problemas atinentes à reorganização das obras, à presença das pessoas idosas nas comunidades e à necessidade de um novo relacionamento com os leigos: temáticas particularmente vivas no Ocidente, marcado por dificuldades numéricas, mas também por novas possibilidades de envolvimento de energias novas no carisma e na missão dos Institutos.

• • •

Como aparece da breve apresentação, o documento dirige-se diretamente às comunidades religiosas, mas oferece princípios e sugestões preciosas também a outros componentes da rica realidade eclesial.

A sua publicação neste momento é independente dos trabalhos do Sínodo dos Bispos sobre a vida consagrada. A sua preparação remonta a muito tempo antes do anúncio do tema do próprio Sínodo. Entretanto, poderia ser visto como um contributo oferecido pela Congregação da Vida Consagrada, contributo providencial e livremente utilizável pelo próprio Sínodo.

Um Sínodo que, devendo tratar de todos os temas da vida consagrada em todas as suas manifestações, poderia encontrar dificuldade para inserir uma reflexão aprofundada sobre a vida fraterna em comunidade, típica da vida religiosa.

O nosso é um momento não certamente favorável para o desenvolvimento do tema comunitário. O nosso parece antes o tempo da exigência da eficiência, dos resultados a obter a qualquer custo, do sucesso pessoal, do individualismo.

O nosso documento poderia servir de ajuda para aqueles que rejeitam considerar a realidade eclesial à maneira da realidade mundana, que crêem na força transformadora da fraternidade cristã, que pensam nas bem-aventuranças não como um programa utópico, mas como a condição mais segura para transformar o mundo e oferecê-lo a Deus (cf LG 31).

Tendo em vista as comunidades religiosas, no intento de as ajudar a aumentar cada vez mais a vida fraterna, o nosso documento deseja que elas intensifiquem sua função de serem realizações particularmente significativas da mais profunda realidade eclesial. Com efeito, "as comunidades religiosas que anunciam com a sua vida jubilosa o valor humano e sobrenatural da fraternidade cristã dizem à nossa sociedade, com a eloqüência dos fatos, a força transformadora da Boa Nova".

# MULHERES TESTEMUNHAS DO EVANGELHO SEMPRE NOVO E DOADOR DE VIDA

Ir. Maria Teresa Porcile Santiso
Nova Iorque/EUA

Na Bíblia, os líquidos como água, sangue, perfume, lágrima... são cheios de significado simbólico. São a linguagem daquilo que transborda, a linguagem da extravagância, do dar sem contar o custo. Eles simbolizam o amor. Certo ou errado? Você concorda?

Hoje, como testemunhas da história, devemos apresentar uma história que é multicultural, multirracial, com muitas facetas. Todas nós compomos essa história. É a "história dela", para usar uma expressão criada por mulheres que refletem sobre a teologia no hemisfério norte.

Temos hoje consciência de que só teremos identidade, no nível individual, grupal, comunitário ou coletivo, se tivermos memória e história. Esta é uma experiência daquilo que foi vivido, um tesouro da identidade através dos séculos, e por essa razão, a história é fundamental.

E de que história estamos falando? Notei que o Novo Catecismo, entre outras novidades metodológicas, recorre às testemunhas da história. Juntamente com a Palavra de Deus, a tradição da Igreja, os textos do Magistério, encontra-se o testemunho de santas: Teresa d'Ávila, Teresa de Lisieux, Joana d'Arc, Catarina de Sena. Isso é extraordinário. Nesse texto oficial, um compêndio de fé e moral, a palavra de mulheres que foram testemunhas da fé é reconhecida oficialmente: é a primeira vez que isso acontece na história da Igreja e precisa ser ressaltado.

Devemos também levar em conta o fato de que a experiência feminina tem recebido uma interpretação masculina. Até mesmo as biografias de santas foram escritas ou interpretadas por homens. Na verdade, se olharmos para a história da espiritualidade, poderemos ver que em sua imensa maioria os diretores espirituais ou autores de textos sobre espiritualidade têm sido homens. É óbvio que tudo isso influencia a experiência espiritual das mulheres e o modo pelo qual vemos, entendemos e compreendemos a nós mesmas.

## A EXPERIÊNCIA RELIGIOSA DAS MULHERES

Três atitudes têm afetado a experiência religiosa das mulheres:

1. Os homens têm tacitamente ignorado uma perspectiva feminina da vida espiritual. É lógico que isso aconteça; eles não podem conhecer uma experiência que não tiveram. Muito freqüentemente diretores

espirituais e orientadores de retiros apresentam a mulheres um ideal que é uma combinação de práticas masculinas com um ideal feminino eterno. Mais recentemente eles têm falado às mulheres sobre a "ânima" de Jung e chamado sua atenção para defeitos e problemas que são mais especificamente masculinos: agressividade, violência, orgulho, luxúria, desobediência à autoridade hierárquica. Raramente pede-se às mulheres que considerem a timidez, pusilanimidade, submissão dócil, manipulação, como defeitos.

2. Tem-se dado preeminência ao intelectual sobre o emocional, ao metódico sobre o intuitivo, ao ascetismo sobre o misticismo. Exorta-se as mulheres para que sejam viris.

3. Outro efeito lamentável da mentalidade masculina na área da espiritualidade tem sido o encobrimento parcial de modelos femininos na Escritura e na história da espiritualidade. Abraão, Isaac, Jacó, Moisés, Davi, Pedro fazem parte da história da salvação, mas não ouvimos falar com tanta freqüência de Sara, Rebeca, Raquel, Miriam, Rute, Maria Madalena.

Mulheres que foram gigantes do ponto de vista da espiritualidade, tais como Juliana de Norwich, Catarina de Gênova, Teresa d'Ávila, Matilde de Magdeburgo, Gertrudes e Matilde de Helfta, Brígida da Suécia, Catarina de Sena, Maria da Encarnação, Angela de Foligno, têm sido ignoradas na história da espiritualidade e da teologia. As mulheres têm sido condicionadas a considerar as experiências femininas como sendo negativas. Até mesmo uma figura excepcional como Teresa d'Ávila usa a palavra "mulher" de um modo que se poderia entender como "fraco/a".

## O Novo Catecismo

O Catecismo da Igreja Católica reconhece, valoriza e resgata a figura das mulheres santas do Antigo Testamento:

> #64 Através dos profetas, Deus forma seu povo na esperança da salvação, na expectativa de uma nova e eterna Aliança que se destina a todos os povos (cf. Is 2, 2-4) e que será gravada em seus corações (cf. Jr 31, 31-34; Hab 10, 16). Os profetas anunciam uma redenção radical do povo de Deus, a purificação de todas as suas infidelidades (cf. Ez 36), uma salvação que incluirá todas as nações (cf. Is 49, 5-6; 53,11). Serão acima de tudo os pobres e humildes do Senhor (cf. Sf 2,3) que irão manter essa esperança. As mulheres santas, como Sara, Rebeca, Raquel, Míriam, Débora, Ana, Judite e Ester, mantêm viva a esperança na salvação de Israel. E a mais pura dentre elas é Maria (cf. Lc 1,38).

Também reconhece a testemunha da Nova Vida, o primeiro fruto da mulher:

> #641 Maria Madalena e as santas mulheres, que foram embalsamar o corpo de Jesus (cf. Mc 16,1; Lc 24,1) que tinha sido enterrado às pressas na tarde da Sexta-Feira Santa porque se aproximava o Sábado (cf. Jo 19, 31-42), foram as primeiras a se encontrar com o Senhor Ressuscitado (cf. Mt 28, 9-10; Jo 20, 11-18). Assim também as mulheres foram as primeiras a levarem a mensagem da Ressurreição de Jesus a seus Apóstolos (cf. Lc 24, 9-10). Foi só mais tarde que Jesus apareceu a eles, primeiro a Pedro e depois aos Doze (cf. 1 Cor 15, 5).

> #643 Longe de nos apresentar uma comunidade absorvida num profundo êxtase místico, o Evangelho nos mostra discípulos que estão desanimados ("com o rosto sombrio" Lc 24,17) e com medo (cf. Jo 20, 19). Foi por isso que eles não acreditavam nas santas mulheres que voltavam do

sepulcro e "suas palavras lhes pareceram desvario" (Lc 24,11; cf. Mc 16, 11-13). Quando Jesus se mostrou aos onze na noite da Páscoa, "Ele censurou-lhes a incredulidade e a dureza de coração, porque não haviam dado crédito aos que o tinham visto ressuscitado" (Mc 16,14).

Trinta anos de teologia a partir da perspectiva da mulher produzirem tal fruto não é coisa de pouca importância.

## AS MULHERES NO EVANGELHO DE SÃO JOÃO

No Evangelho de João não vemos mulheres que exercem papéis ou ministérios reconhecidos numa comunidade estabelecida. Vemos encontros de mulheres com Jesus.

Quem são essas mulheres no Evangelho de João? O que fazem elas? Como o fazem? Ao lermos o Evangelho de João percebemos que há uma maneira específica segundo a qual as mulheres aparecem e se comportam. Cada mulher anuncia um estilo de testemunho e de diaconato que se desenvolve gradualmente.

### A Mãe de Jesus

A primeira mulher a aparecer é a Mãe de Jesus; ela é, por excelência, a Mulher da Hora, que é o tema central de todo o Evangelho e antecipa a "Hora da Nova Aliança" (Jo 2, 1-10). Tudo está pronto para as núpcias do Cordeiro, mas no entanto... "eles não têm mais vinho". Maria pronuncia uma frase que apresenta um programa que é fundamental para todo o Evangelho:

"Fazei tudo o que ele vos disser" (Jo 2,5).

Confrontada com a ausência de festa, confrontada com a falta de vinho, a despeito do fato de que "a Hora" não parece ter chegado, Maria antecipa, propicia, provoca, pede por esta "hora". Quando a hora chegar (Jo 14, 19) Maria estará lá. Ela está presente no começo e no final, emoldurando o "tempo de salvação".

Em Caná há um diaconato de mediação: mediação entre a presença de Deus e a festa da humanidade. O vinho bom ainda não foi servido; é Maria quem propicia que o seja. O diaconato de Maria é um diaconato de atenção, um diaconato contemplativo de conhecimento direto, de profunda intuição. Ela reconhece que "a Hora" pode ser antecipada porque o noivo verdadeiro já está presente. É ele quem deve produzir o vinho novo, e no entanto é necessário que alguém o indique, o reconheça e avise que o que ele disser deve ser feito. É Maria quem o faz. Quando Jesus se apresenta como o Verdadeiro Caminho (Jo 15), anunciando que a Hora está próxima, Maria também estará próxima.

### A Mulher Samaritana

No capítulo 4 (Jo 4, 1-42) nós nos encontramos com a mulher samaritana. Jesus se revela a ela de uma maneira que é especial, profunda, pessoal, íntima e transcendental. É para ela que Jesus diz "Sou Eu", com tudo o que isso implica. Parece haver um paralelo entre essa mulher e Moisés. Para este último foi revelado o Nome de Deus, junto à sarça ardente (Ex 3). E ele, com o Segredo do Nome, conduziu a ação de libertação. Para esta mulher, junto ao poço, perto da água, é revelado o Nome (Sou Eu) de seu interlocutor misterioso e ela também se converterá numa testemunha-libertadora de seu próprio povo. É aqui que Jesus se revela como a verdade e como o verdadeiro lugar de adoração, em Espírito e em Verdade. A água que ela estava buscando no poço se tornará agora uma fonte de vida dentro dela. A ela é confiada a confidência do

Senhor e ela será a primeira evangelizadora mulher, a primeira testemunha mulher no Evangelho de São João. O diaconato desta mulher é de evangelização, de testemunho alegre, de proclamação; ela conduz toda a cidade para ver e ouvir Jesus (Jo 4, 30). Nós nem sequer sabemos o nome dessa mulher (assim como não saberíamos que Maria se chamava Maria, se dependesse de João). Elas são mulheres e, simbolicamente, a Mulher.

## Maria e Marta

Continuando com o Evangelho de João, o encontro seguinte se dá com a outra Maria, amiga de Jesus que morava em Betânia. Ela, sua irmã Marta e seu irmão Lázaro são amigos íntimos do Senhor ( Jo 11, 1-43).

Maria é aquela que unge Jesus com perfume; são suas as lágrimas que fizeram com que Jesus se comovesse (cf. Jo 11, 33). O Evangelho nos conta que ela guardou seu perfume para o enterro de Jesus (Jo 12, 7). Seu ministério de amor transfigurado, apaixonado, estabelece a memória de seu gesto de amor. Seus serviços de diaconato são os da maravilha amorosa da fé, de esperança obstinada, de atenção, sofrimento, antecipação, morte; é um diaconato de total extravagância do amor compassivo, de lágrimas e de perfume.

Quanto a Marta, no Evangelho de João é ela quem recebe uma revelação que é tão fundamental como a que é feita por Jesus a Pedro no Evangelho de Mateus (cf. Mt 16, 16ss): "Eu sou a Ressurreição e a Vida" (Jo 11, 25). O "Sou Eu" da revelação messiânica feita à mulher samaritana se completa agora com a revelação pascal. Marta tem um ministério de ousadia, de ser advogada; ela argumenta, ela exige que o Senhor lhe faça uma revelação tal que não pode ser encontrada em nenhum outro lugar no Evangelho de João.

## As Mulheres Junto à Cruz

Junto à Cruz (Jo 19, 25-27) a Mãe de Jesus aparece pela segunda e última vez. Jesus diz "tenho sede", algo bastante semelhante ao que havia dito à mulher de Samaria. No entanto, no "tenho sede" da Cruz existe a conclusão final da Hora depois da qual "tudo está consumado" (Jo 19, 28-30): o Senhor entrega seu Espírito. É nesse momento que o soldado perfura seu coração com a lança e daquele coração aberto fluem sangue e água, e a Igreja nasce. O coração se torna uma cavidade, um espaço de vida, o mistério do feminino. Místicos medievais ousaram dizer "Jesus, a Mãe".

Aquilo que é corporal e simbolicamente feminino se encontra nele através daquele espaço doador de vida que se abre em sangue e água. O feminino também se encontra na Igreja que nasce da Cruz. É por isso que Maria e João estão em pé ao lado de Jesus; juntos eles recebem a água, o sangue e o Espírito. É lá que a Igreja, a Noiva, nasce. A Igreja, a Noiva, é João e Maria juntos. Eles estão lá como a encarnação de toda a Igreja.

No entanto, é importante enfatizar o fato de que João também nasce ali; que Maria e João se recebem um ao outro e que Maria "contém" João. Jesus diz primeiro: "Mulher, eis o teu filho" (Jo 19,26). Maria vem primeiro; ela recebe o discípulo de seu Filho, o Senhor da Glória crucificado. Então Jesus diz a João: "Eis a tua Mãe..." Ele não diz "tua mulher" (cf. Jo 19, 27). Ao se dirigir a ela, o Filho, que é Senhor e Noivo, a invoca como "Mulher", pronunciando a palavra que contém simbolicamente tudo o que é feminino em relação ao Senhor; mas ela é dada ao discípulo através de uma relação precisa, a de "Mãe". Jesus se refere à Mulher, em relação ao discípulo, como Mãe (é ela que lhe dá Vida). A Cruz é o lugar da fecundidade: é lá que o discípulo-filho nasce. Ela é,

de um modo privilegiado, a figura da Igreja. O diaconato de Maria ao pé da Cruz é o da Encarnação da Igreja inteira: cada discípulo/a obtém Vida através dela.

## As Mulheres na Ressurreição

De manhã bem cedo, Maria Madalena vai ao sepulcro vazio. Ela é a única mulher em todo o Evangelho de João que é convocada explicitamente. No contexto sociocultural daquele tempo, no qual as mulheres eram deixadas de lado, o fato de que Jesus a chama pelo nome tem grande significado simbólico, acima de tudo à luz da teologia bíblica do nome, especialmente nos escritos de João. Maria reconhece a si mesma e reconhece a ele, chamando-o de "Rabbuni". Jesus está vivo e Maria, convocada, recebe "a grande missão": "Vai a meus irmãos e dize-lhes: subo a meu Pai e vosso Pai a meu Deus e vosso Deus" (Jo 21, 17). Maria deverá ser "o apóstolo dos apóstolos", conforme se canta na liturgia ortodoxa e como nos recorda o Novo Catecismo.

Para Marta, ele se revelou: "Eu sou a Ressurreição e a Vida". Para Maria Madalena, ele se mostra como aquele que vive! Ela é a primeira a anunciar a Boa Nova da Ressurreição: ela encarna o diaconato teológico de fé e suprema esperança, não só de amor que é tão forte como a morte, mas de amor que é muito mais forte que a morte.

# O SIMBOLISMO HISTÓRICO DA LIQUIDEZ

Estas são mulheres que se encontram com Jesus, as testemunhas que João nos apresenta. Se olharmos rapidamente para todos esses encontros, veremos que há algo em todos eles que chama nossa atenção. Ao lado de Jesus há uma figura central, uma mulher, e ao lado dessa mulher, entre Jesus e a mulher, aparece, de um modo ou de outro, um elemento comum a todos esses encontros: um líquido. Em Caná esse líquido é a água nas jarras, que é transformada em vinho. Em Sicar, é a água do poço que, transformada, jorra para a vida eterna. Em Betânia, existem as lágrimas e o perfume que prepara um corpo para ser enterrado. No Calvário, água e sangue fluem do coração, do lado que foi aberto. No Jardim da Ressurreição existem lágrimas. Em cada caso, uma mulher entra num relacionamento com Jesus e, surpreendentemente, o elemento dinâmico de um líquido/líquidos flui, muda, é transformado.

Na Bíblia, os líquidos são cheios de significado simbólico: água, sangue, perfume, lágrimas. A linguagem daquilo que transborda, que é derramado, a linguagem da extravagância, de dar sem contar o custo, simboliza o amor. Por isso é notável que no Evangelho de João tudo é expressado numa dinâmica de amor, um fluir de amor entre o Senhor e mulheres discípulas que exercem formas de diaconato que falam de transformação. Toda vez que o Evangelho de João apresenta uma mulher numa relação com Jesus há um líquido envolvido, como que para indicar um modo feminino de estar presente: dinâmico, transformador, fluido.

## Testemunho/Diaconato — Serviço Feminino no Evangelho de João

A forma do testemunho das mulheres no Evangelho de João é mais de ser, do que de fazer. Elas nos permitem imaginar um futuro ministério feminino na Igreja. A ação consiste em criatividade, graça, amor, plenitude do poder até o ponto em que poder é dinamismo. Em grego, este é um poder que vem da vulnerabilidade, porque essas mulheres são vulneráveis em seu encontro com o Senhor.

Em Caná, qualquer pessoa podia ter notado que não havia mais vinho; entretanto, foi só "a mulher" que percebeu e

que o fez notar. Em Samaria, qualquer pessoa poderia ter ido buscar água no poço; entretanto, foi "a mulher" que teve a iniciativa e recebeu a promessa da água viva. Em Betânia, qualquer pessoa poderia ter perfumado o corpo de Jesus; no entanto, foi "a mulher" que realizou essa ação muito concreta, que antevia seu enterro. Na Cruz, qualquer pessoa poderia ter representado os discípulos, a Igreja; entretanto, foi "a mulher", a mãe, e aquele discípulo especial (a respeito de quem pouco se sabe, a não ser que Jesus o amava; ele conhecia seu coração, aquele espaço de sangue e de vida, porque tinha descansado sobre ele). No jardim, qualquer pessoa poderia ter procurado e encontrado o esperado; entretanto, foi "a mulher", Maria Madalena, que o fez com uma extraordinária sensibilidade para com o corpo do Senhor. Nessas situações existe uma extraordinária afetividade, uma sensibilidade, um sentimento de ser afetada por aquilo que está acontecendo com o Senhor.

Os textos podem ser considerados como um fundamento teológico para uma Teologia de Testemunho: as mulheres exercem ministérios que estão no centro da vida. Ministérios que derivam de uma qualidade de atenção e de presença, de afeição e de vulnerabilidade em relação ao outro. O que aconteceria se, dentro da Igreja, se tirasse proveito do testemunho de atenção, de evangelização, de compaixão, adoração e esperança que tantas mulheres que encontraram Jesus já estão expressando, em todas as partes do mundo, hoje?

### O Mistério da Igreja

No Evangelho de João, o modo de ser Igreja está expresso no Ministério da Aliança. A Igreja-Mãe-Noiva é a Igreja inteira: não é uma questão do "papel da mulher" ou "das mulheres" na Igreja, mas de a Igreja inteira, como Mulher, ser testemunha da Vida e ser chamada ao mistério de in-habitar. Por essa razão, a Igreja inteira precisa viver o Mistério Nupcial da Cruz. E ela o faz sendo a voz do testemunho e do desejo no deserto, bem como recebendo a água e o sangue na Cruz, como João Batista, e como João, o discípulo querido. O que nós precisamos fazer na Igreja é encontrar uma forma de unir testemunho e profecia, carisma e intuição, de modo frutífero, orgânico.

## O CORPO: UMA REFLEXÃO TEOLÓGICA

O corpo da mulher tem sido objeto de todo tipo de leitura, de usos e abusos. Tem sido usado; tem sido transformado em objeto à venda; tem também sido tornado produtivo com uma fertilidade biológica, que é mecânica e não-responsável, como no caso da poligamia.

Na história da filosofia, da teologia e até da espiritualidade, quando não tem sido objeto de suspeita, de negligência, de castigo e até de desprezo, tem sido esquecido. No início deste século, primeiro a filosofia e depois a teologia começaram a descobri-lo como parte inseparável do corpo humano. Na linguagem bíblica sempre foi assim, mas modelos culturais, herdados talvez de um dualismo grego ou de outras fontes, não tinham permitido que isso fosse descoberto.

Hoje vivemos na "era do corpo", e através da antropologia, teologia, psicologia, técnicas de expressão corporal, comunicação, meditação e oração, nós o estamos redescobrindo. Entretanto, pela primeira vez na história, a mulher tem a possibilidade de interpretar-se a si mesma para si mesma a partir de sua própria pessoa, como corpo-sujeito e não corpo-objeto. Estamos recuperando a linguagem do corpo, de um modo que vai muito além de sua composição biológica. Estamos caminhando rumo

a uma estrutura psicossomática: o corpo é a Palavra que fala, que significa e tem significado.

## Quatro Momentos Essenciais

O corpo de uma mulher é uma convergência de espaço e tempo, marcando a maturidade da vida. Uma vida que pode ser concebida dentro dela. Nas palavras de Nicole Fatio, uma teóloga protestante de Genebra:

"Meu corpo é um corpo de mulher, e a percepção da realidade que ele me dá leva essa marca. Parece-me que há quatro momentos essenciais. Antes de tudo, os ciclos mensais que governam minha vida segundo um ritmo de subida e descida, com momentos em que eu tenho controle sobre meu corpo e outros em que minha fragilidade é aparente. Regular e obstinadamente, a menstruação me chama à ordem, impedindo-me de imaginar que sou diferente daquilo que sou. A gravidez me ensina o que é esperar; uma espera que é cheia de promessas. O parto tem sido aquele momento de minha vida em que experimento com grande intensidade uma ruptura, a qual é indispensável para que um novo ser humano possa surgir. Finalmente, a amamentação tem me permitido avaliar o preço que tem de ser pago para que outro ser possa viver. Um preço pago com a própria pessoa, tirando das próprias reservas mais profundas, um preço que não admite nenhuma trapaça. Meu corpo de mulher me relembra incessantemente minhas limitações; quando surge uma nova vida ele me ensina o valor do tempo, e o preço alto que tenho de pagar com minha própria pessoa. Também me revela a alteridade de todo ser humano, inclusive aquele que foi concebido no meu útero. Se eu o escuto, essa pedagogia do meu corpo me abre para certas dimensões da vida. Nem todas as mulheres têm sido capazes de gerar filhos, por escolha própria ou não. No entanto, não seria errado pensar que elas levam dentro de si a marca dessa possibilidade e é o que fazem durante toda sua vida".

## O Corpo da Mulher

O corpo da mulher, um espaço para inhabitação de fecundidade, indicado por um dinamismo de vida e de sangue. Este é o ponto de partida para uma descrição fenomenológica do corpo como sendo feminino: uma feminilidade que é rica em vida, que se manifesta exteriormente através de seus elementos "líquidos". O corpo da mulher é um corpo pascal: ele sofre, é transformado, morre e ressuscita. Seu corpo lhe ensina um modo de ser humana e feminina, torna-a realista, concreta, e a "situa" na vida. Ela mantém dentro de si um sentido de tempo; é por isso que ela pode ser agente de esperança. Ela conhece o segredo do tempo que está chegando — sabe como esperar, como preparar e estar preparada; ela sabe como antecipar. Dentro de seu corpo a mulher sabe o que quer dizer a Hora, e o sabe de modo cíclico e definitivo.

É por isso que a linguagem da vida, ressurreição e esperança é característica da mulher. Jesus o sabia e, de acordo com o Evangelho, marcou sua Hora através de encontros com mulheres. E, mais que isso, Jesus se identifica com a Hora da Mulher.

## A Parábola Final

Como bom Rabi, Jesus falava em parábolas, em narrativas que estão cheias de imagens. Aquela que Jesus chama de "a última" está no final do Evangelho de João.

O Evangelho de João pode ser dividido em duas partes: o Livro de Sinais, no qual o Filho vem ao mundo (Jo 1-12), e o Livro da Glória, quando o Filho retorna ao Pai (Jo 13-20).

Para nossos objetivos, vamos notar duas coisas; a menção da Hora e da mulher

nesses dois livros. No Livro de Sinais aparecem quatro mulheres: Maria, mãe de Jesus (Jo 2); a mulher samaritana (Jo 4); Marta e Maria (Jo 11); Maria e "o perfume" (Jo 12).

Nesse livro há seis referências explícitas à Hora: duas delas são feitas em relação a uma mulher (Jo 2, 4; 4, 21); duas não têm relação com mulher mas também dizem que a hora ainda não chegou, e duas explicitam anúncios a seus discípulos (Jo 12, 23; 12, 27). Neste Livro de Sinais, no qual começa a ser anunciada a glória que mais tarde será revelada àqueles que têm um relacionamento íntimo, o anúncio da Hora é recebido tanto por mulheres como pelos discípulos; ambos têm um relacionamento semelhante de intimidade com Jesus.

O Livro da Glória, a segunda parte do Evangelho de João, começa assim: "Antes da festa da Páscoa, sabendo Jesus que chegara a sua Hora de passar deste mundo para o Pai" (Jo 13, 1). E a partir de então, depois do lava-pés e da traição de Judas, surgem as despedidas. Jesus começa a se despedir de seus discípulos, daqueles que são íntimos, e em meio a essas despedidas lhes é dada a esperança de um reencontro, de seu retorno. É nesse momento que Jesus menciona de novo a Hora, mas agora pela primeira vez fala dessa hora em termos precisos; ele agora se refere não à sua Hora, mas à "Hora da Mulher". E essa hora da mulher é uma hora com a qual ele se identifica de dois modos: de um lado é certo que a Hora, um marco para todo o Evangelho, é a iminência de sua paixão, morte, ressurreição e ascensão, a Hora da Paixão; mas, de outro lado, é também a hora que os discípulos estão vivendo.

## A Paixão

Há uma Paixão de Jesus, e uma paixão de seus discípulos, e ambas se encontram refletidas nessa Hora da Mulher. E em relação ao assim chamado Livro de Sinais, é interessante notar que são feitas alusões diretas à Hora para Maria, em Jo 2, e à mulher samaritana, em Jo 4, bem como a André e Filipe em Jo 12.

Existem 4 versículos (Jo 16,19-22) que têm uma relação dialética entre "não ver Jesus" e "vê-lo novamente" (vv. 19 e 22), e esses dois momentos são emoldurados "no tempo" — o primeiro "um pouco de tempo" é repetido (Jo 13, 33; 7, 33; 12, 35; 14, 9). O "um pouco de tempo" de espera é um tempo de luto e lamentação para discípulos, e um tempo de festa para o mundo, mas o luto e tristeza dos discípulos serão transformados em alegria. Jesus está dizendo isto a eles — e parece que eles não estavam entendendo o que ele dizia —, é nesse momento que ele usa uma parábola. E é a imagem de uma mulher no momento de dar à luz: uma imagem bem conhecida para os discípulos, pois é usada no Primeiro (Antigo) Testamento para falar do sofrimento do Povo de Israel (cf. Is 13, 8; 26, 16-17; 37, 3; Os 13, 13; Mq 4, 9-10).

Jesus transmite a seus discípulos a imagem de uma mulher que "está para dar à luz" (Jo 16, 21). Este anthropos é a nova humanidade que nasce do Mistério Pascal da Cruz e Ressurreição de Jesus. Os discípulos são tristes, "thlipsis" em grego, que é um termo quase técnico para descrever as tribulações que irão preceder a intervenção escatológica de Deus (Dn 12, 1: Sf 1, 14-15; Hb 3, 16). Estes são "hevlei iola" (as dores de parto em Oséias 13, 13), ou "hevlo he mashiaj" (as dores antes da vinda do Messias, cf. Mt 24; Mc 13).

A criação inteira sofre as dores de parto (Rm 8, 22). No texto grego, o versículo 21 fala primeiro de uma criança "paidon", e depois de um homem, "anthropos". "A mulher... quando dá à luz a criança ("paidon"), já não se lembra dos sofrimentos, pela alegria de ter vindo ao mundo um homem" (Jo 16, 21). O que Jesus está

dizendo é que ele está vindo ao mundo, e que ele o está fazendo como Novo Adão, como uma nova criação através de seus discípulos que, na realidade, são a Igreja no estado de dar à luz.

Esta parábola da "hora da mulher", como a Hora de Jesus, e a hora dos discípulos, é uma das mais ricas do Evangelho: deve ser explorada e contemplada longamente.

## A HORA DA MULHER, A HORA DE DAR À LUZ, A HORA DO ESPÍRITO

Em toda a história da salvação, desde o Gênesis até o Apocalipse, vemos o Espírito de Deus dando vida e fazendo nascer (Jo 3, 5). O ser da Igreja, a ação doadora de vida da Igreja, não pode ser outra que não a do Espírito. Na hora de dar à luz, os discípulos, a Mulher-Igreja e o Espírito são aqueles que fazem acontecer a vinda do Senhor ao mundo: eles causam seu nascimento, sua aproximação, sua aparição... "Vem, Senhor Jesus" (Ap 22).

E o que as mulheres têm a fazer é dar sua secreta, sua única, intransferível experiência de ser real, verdadeira mulher para o simbólico, místico e no entanto também real ser de toda a Igreja. E então a Igreja, como uma mulher, fará nascer uma novidade, um dinamismo de transformação.

Não é por acaso, portanto, que na Bíblia o Espírito Santo é uma "ruah" feminina, uma doadora de vida, a partir das entranhas da misericórdia (rehem-rahamin), um/a Deus-do-útero. Por essa razão, o testemunho da vida de mulheres é um testemunho da semelhança com o Espírito num derramar de amor, em todas as suas formas.

Testemunhas da Festa, do vinho Novo, em Caná (Jo 2).

Testemunhas do Nome, da Água Viva, no poço de Sicar (Jo 4).

Testemunhas da Ressurreição, lágrimas em Betânia (Jo 11).

Testemunhas do "Evangelho da Mulher", a unção em Betânia (Jo 12).

Testemunhas como o Espírito — são três os que testemunham: o Espírito, a Água e o Sangue... e esses três são "um" no próprio ser de cada mulher, e é por isso que o Senhor as escolheu "primeiro" (Novo Catecismo # 643).

# QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL DO TEXTO OU O DEBATE EM COMUNIDADE.

1. Três atitudes têm afetado a experiência religiosa das mulheres: o fato de os homens ignorarem uma perspectiva feminina da vida espiritual; a preeminência do intelectual sobre o emocional, do metódico sobre o intuitivo, do ascetismo sobre o misticismo; a encoberta parcial dos modelos femininos na Escritura e na história da Espiritualidade. Observando a sua história pessoal de caminho espiritual na vida religiosa, qual destes elementos esteve mais presente? Qual o mais ausente?

2. No Evangelho de João as mulheres que se encontram com Jesus encontram um elemento líquido sinalizando de forma simbólica o encontro: água, sangue, perfume, lágrimas. Na sua opinião isto seria indicativo de um modo feminino de estar presente ao evento? Qual seria ele?

3. Durante gerações a percepção do corpo, particularmente do corpo feminino, foi "tabu" na vida religiosa. Vivemos uma época de redescoberta do corpo através da antropologia, teologia, psicologia, técnicas de expressão corporal, comunicação, meditação, oração. Você acredita que isto é positivo? Pode provocar ambigüidades? Está assimilado nos processos formativos de sua congregação?

# LEIGO OU SIMPLESMENTE CRISTÃO?

Luiz Alberto Gómez de Souza (*)
Centro João XXIII — Rio de Janeiro/RJ

Os cristãos leigos, mulheres e homens, para ser realmente participantes e transformadores, têm de ser incômodos. Filial e fraternalmente incômodos e rebeldes, por amor à Igreja e transparência com seus irmãos clérigos, religiosos e religiosas.

## "OS LEIGOS SÃO A IGREJA"

Em 1965 comecei um livro dizendo o seguinte: "A sugestão foi escrever sobre o leigo na Igreja. Mas já há muitos textos a esse respeito... A noção mesma de leigo aparece como uma categoria abstrata, que pouco significa ao homem de nossos dias. Fala-se também do leigo na Igreja como se fosse uma surpresa lá encontrá-lo. E de sua ida ao mundo como se lá não estivesse antes e descesse a este planeta de longínqua 'terra estranha'" (1).

Há muitos anos trato, até a exaustão, do tema. Comecei a conhecê-lo em 1950, na Juventude Estudantil Católica (JEC) de Bagé, e logo depois em Porto Alegre. Continuei na JUC (universitária), para chegar à sua equipe nacional no Rio de Janeiro em 1956. De lá para cá não deixei de mover-me nos mundos eclesiais, que distingo dos eclesiásticos, dos clérigos. Sou daquela geração dos anos 50 que repetia entusiasmada a frase de Pio XII, na alocução aos novos cardeais de 46: "os leigos são a Igreja" (2). E nós brandíamos essa frase como uma espécie de carta de cidadania, passaporte que dava acesso ao mundo eclesial. Lida hoje friamente, essa frase é bastante óbvia. Quase o óbvio ululante de Nelson Rodrigues. Quem vai ser a Igreja senão todos os cristãos? Essa é uma frase que em si parece não dizer muita coisa, mas que ajudou bastante. Por quê? Porque realmente punha o dedo num problema não resolvido, em alguma coisa que não estava clara. Era o óbvio que escondia uma dificuldade grave e mais difícil de enfrentar do que parecia à primeira vista.

Estive em Santo Domingo, na assessoria externa a alguns bispos, e no Documento final da Conferência Episcopal, aparece a idéia, nas linhas pastorais prioritárias, do protagonismo dos leigos. Quando se começaram a discutir durante a reunião as grandes opções eclesiais, alguns questionávamos que o leigo fosse considerado como prioridade pastoral. O leigo é o próprio sujeito da evangelização, não seu objeto. É um dos que fazem o trabalho pastoral. Não aquele que deve ser evangelizado, mas o que evangeliza. É claro, sempre se pode parafrasear uma idéia conhecida e dizer que o evangelizador também

deve ser evangelizado. Mas se insistimos na necessidade de que o leigo seja o protagonista — e consideramos isso uma prioridade — é porque ele ainda não o é de fato. Trata-se de uma maneira indireta de constatar que seu lugar não está garantido. Não há ainda real protagonismo do leigo. Do contrário não se daria tanta ênfase ao tema, pois estaria no rol das coisas normais e não das prioridades. Isso depois de tantos anos de falar sobre laicato na Igreja. Esse tema, aliás, provoca certo cansaço, eu diria até certa melancolia. Há ainda um problema pendente na própria identidade do leigo.

## A IDENTIDADE DO LEIGO E SUA RESPONSABILIDADE

Se me perguntarem na universidade quem eu sou, vou apresentar-me como sociólogo, gaúcho, casado, pesquisador do Centro João XXIII, cristão, mais precisamente católico romano, mas não vou dizer que sou um leigo. Esta última indicação, na academia, é uma categoria um pouco postiça, ou pelo menos esdrúxula. Na História da Igreja de Fliche e Martin, o volume nº 7, que trata do século X, tem um título curioso: ***A Igreja em poder dos leigos***. Mas aí não se quer dizer que a Igreja estava nas mãos dos cristãos comuns, mas simplesmente dos leigos realmente poderosos, e principalmente de umas poucas famílias do patriciado romano. Logo depois, o grande esforço da reforma gregoriana, no começo deste milênio, foi exatamente de libertá-la desses leigos poderosos e dos abusos que daí provinham. Estruturou-se assim uma Igreja dos Clérigos, que é a Igreja que chega até nós, neste final do segundo milênio. Tivemos então mil anos dessa Igreja dos clérigos. E foi em torno destes últimos que se articulou a instituição, para livrá-la do poder temporal. Mas o que num primeiro momento foi libertação, logo depois se converteria em criação de novos privilégios e afastamento de muitos atores eclesiais. E o curioso era que o não-clérigo correspondia à maioria esmagadora dos membros da Igreja, colocado numa situação de relativa marginalidade ou, pelo menos, carente de iniciativa e com participação bastante limitada.

Neste século, o Papa Pio XI indicou que a Ação Católica era "a participação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja". A frase surpreendeu muita gente, os leigos chegavam até o interior do espaço da hierarquia, "chasse-gardée" dos clérigos. O papa seguinte, Pio XII, já foi bem mais cuidadoso, em vez de participação preferiu falar de colaboração dos leigos. Houve certo recuo semântico e real. Participação é mais forte do que colaboração. Na preparação do Código de Direito Canônico, num dos anteprojetos, uma das propostas falava da participação dos leigos no poder de governo ou de regime da Igreja. No código aprovado vamos encontrar apenas a palavra cooperação (3). Há toda uma problemática no fundo, que mais do que escolher entre as categorias participação ou colaboração, tem a ver com o próprio tema do poder.

Em todo o caso, a Ação Católica foi responsável por dar responsabilidade e voz ativa aos cristãos leigos, no Brasil especialmente nos movimentos de juventude (JEC, JUC, JOC...) com a resistência de alguns setores tradicionais. Isso foi acontecendo nos anos 50 e 60. Com o golpe militar de 64, os espaços de liberdade na sociedade ficaram rarefeitos, muitos daqueles leigos tiveram de calar-se, mudaram de estado ou de país, alguns foram presos. Com isso, quem podia falar sem risco de ir para a cadeia não eram os padres, mas os bispos. Assim, a Igreja se visibilizou principalmente através de alguns de seus bispos valentes, e houve uma espécie de episcopalização da Igreja, pelo menos no que se refere à sua imagem junto à opinião pública. Quando se queria saber o que a

Igreja pensava, os jornalistas tratavam de telefonar a um bispo, de preferência para aqueles de posições diferentes, que mostravam o mosaico variado da Igreja. Mas com isso esquecemos que a Conferência Nacional dos Bispos, a CNBB, nasceu dentro da Ação Católica e a partir de sua experiência. Dom Hélder Câmara, Assistente Nacional da Ação Católica, em 1952, nas salas escuras do andar térreo do Palácio São Joaquim do Rio de Janeiro, montou uma organização surgida à imagem e semelhança da direção nacional da Ação Cátolica que funcionava na rua México. Com quem? Com um grupo de leigas da Ação Católica, Cecília Monteiro, Aglaia Peixoto, Jeannette Pucheu e tantas outras. O curioso é que a própria CNBB não se recorda dessa origem. Sempre que vou a Brasília, não deixo de lembrar essa memória, seu passado leigo, dentro do qual nasceu a experiência organizativa episcopal. Recentemente, a realização de Assembléias do Povo de Deus é muito alvissareira, no sentido de criar espaços eclesiais mais abrangentes do que as assembléias de bispos, à luz dos ensinamentos do Vaticano II.

## CLÉRIGOS E LEIGOS, DICOTOMIA A SUPERAR

Voltando ao texto de Santo Domingo, quando ele se refere ao leigo, há uma observação que à primeira vista é muito interessante: o lugar do leigo é na sociedade, no mundo. Faz então uma crítica, até bastante dura, aos leigos clericalizados, dedicados mais a tarefas intra-eclesiais, àqueles leigos meio sacristãos (4). Mas fica uma suspeita, se não há, muito sutilmente, uma espécie de fácil divisão do trabalho: "Vocês leigos vão para o mundo, deixem a Igreja conosco — não se metam, o lugar de vocês é lá fora". Isso é complicado porque muitas vezes parece difícil separar ação no mundo e na Igreja. A minha geração de leigos, na Ação Católica, foi enviada para transformar as estruturas sociais. Essa era uma das idéias centrais do apostolado. Mas ao conhecer o mundo, fazer sua crítica, entender seus mecanismos de dominação e de poder, voltaram para a Igreja e a questionaram, como não podia deixar de ser. Buscavam pelo menos uma certa coerência entre o que a Igreja pregava para a sociedade e o que ela realmente era. Uma socióloga francesa, D. Hervieu-Léger, mostra como, na Ação Católica, a crítica do mundo completou-se em crítica da Igreja (5). E muitos setores dessa Igreja nem sempre o toleraram, o que provocou crises dolorosas e rupturas, como foi no Brasil a extinção da JUC e as várias e sucessivas crises da JEC na França. Os leigos, ao descobrirem o problema da participação e da liberdade no mundo, vão levantar o problema da liberdade e da participação na Igreja, como uma conseqüência natural (6).

A relação clérigo-leigo não é apenas um problema teórico a ser discutido, mas passa por níveis mais sutis de sensibilidade. Há um clima de discriminação nem sempre bem captado. Longe de má vontade consciente, se trata de preconceitos não percebidos. Numa intervenção durante o VIII Intereclesial das CEBs em Santa Maria, no ano passado, tive a ocasião de declarar que, casado há 33 anos e permanentemente questionado por minha mulher, que trabalha o tema do feminino, eu me flagro a todo momento em atitudes machistas. Ou com uma sensibilidade branca e ocidental, cheia de atos falhos diante do mundo negro. Por essa razão, os movimentos femininos e negros têm de ser tenazes, incômodos e não podem deixar passar um momento desses. Assim, eles são pedagógicos, fecundos, subversivos na melhor acepção do termo (7). O mesmo se passa na Igreja, onde os leigos são discriminados permanentemente, apesar de um clima de boa vontade e mesmo de simpática boa consciência. E nada mais difícil de superar

do que essa consciência sem culpa, que custa a aceitar críticas, porque não se sente em falta. Parafraseando São Paulo, oportuna e inoportunamente, há que chamar a atenção sem cessar para esse clima larvado de múltiplas discriminações, para desocultar sensibilidades e insensibilidades. Os chamados cristãos leigos, mulheres e homens, para serem realmente participantes e transformadores, têm de ser incômodos. Filial e fraternalmente incômodos e rebeldes. Por amor à sua Igreja e franqueza e transparência com seus irmãos clérigos, religiosos e religiosas.

É verdade que se avançou muito quando, do Vaticano II para cá, passamos do mundo eclesiástico dos clérigos para o mundo eclesial do Povo de Deus. E a categoria eclesial vai superando a categoria eclesiástica, bem mais limitada. Mas ainda há muito por andar. Há uma expressão bastante eloqüente nos atos falhos dos meios eclesiásticos: quando um clérigo deixa o sacerdócio ele é *reduzido* ao estado leigo, isto é, rebaixado nos graus promocionais. Isso me faz pensar na minha certidão militar. Não fiz o serviço no exército e tenho um documento que diz que sou "definitivamente incapaz, podendo no entanto exercer atividades civis". Assim, toda minha vida, fiquei reduzido às atividades civis e, aliás, não senti nenhuma falta por causa disso. As organizações criam seus códigos, suas hierarquias, suas discriminações, e essa idéia da redução é muito expressiva de certo clima corporativo. Se no referente ao exército, isso nunca me criou problemas, pois é uma instituição totalmente exterior à minha vida e interesses, no tocante à Igreja, exatamente porque me sinto fervorosamente parte dela, é que não posso deixar passar essas coisas. E conste que sempre fui cristão leigo e nem ao menos freqüentei um seminário que prepara clérigos.

Entretanto, há duas atitudes que não ajudam muito, ou que podem ser negativas. Uma é o que De Lubac chama de "neurastenia coletiva", impaciência que vê a Igreja do exterior apenas para julgá-la (8). Lembraria também uma carta muito bonita, durante a crise modernista, do filósofo Maurice Blondel, leigo, para o Pe. Loisy, na ocasião ainda clérigo. Blondel dizia que há que ter cuidado com uma "espécie de irritação moral" (9). Era a diferença que ele via entre os que abandonavam a instituição e os grandes reformadores que permaneceram dentro da Igreja. O caminho do ressentimento não leva a nada. Mas o próprio De Lubac, no texto citado acima, indica: "Não se trata de deixar de sofrer. A indiferença poderia ser pior do que uma emoção excessivamente viva". Escreveu isso em momento doloroso, quando perdeu a cátedra e foi obrigado a calar-se por algum tempo, depois da encíclica "Humani Generis" de Pio XII, em 1950.

Há outro caminho que também pode se tornar sem saída, no momento em que entramos na luta pelo poder dentro da Igreja. Estamos caindo então numa visão clerical às avessas, questionando a hegemonia dos clérigos para tentar criar outra hegemonia do nosso lado, quando o que temos de superar é a mesma noção de hegemonia, vendo a Igreja comunidade, com poderes-serviço. Penso que isso só se resolve através da mudança das práticas e das atitudes. E claro, também em parte pode ser ajudado pelo humor. Nesse mundo dos poderes, a autoridade tem a tendência de ser séria e solene. Às vezes um pouquinho de humor desarma, pelo riso, a pomposidade das dignidades. Mas devo dizer que cada vez me cansam mais as lutas intra-eclesiásticas e as análises de conjuntura eclesial que só vêem os problemas do poder e procuram detectar por todo o lado intenções de manobras e articulações secretas.

O mais importante, o fundamental, são as experiências pastorais concretas. Há que descobrir as práticas criativas que olham

para o futuro. Se essa institucionalidade eclesial/eclesiástica que temos aí começou a aparecer no fim do primeiro milênio e tem cerca de mil anos, a grande pergunta é se não está surgindo já, dentro dela, uma outra estruturação — e nascendo lentamente, preparando o terceiro milênio, a partir deste fim do segundo. Aliás, João Paulo II fala muito da preparação do terceiro milênio. Isso não se dá rapidamente na história, nem tem fórmula preparada. É um processo longo e, às vezes, penoso e contraditório.

## OS DESAFIOS NA PREPARAÇÃO DO PRÓXIMO MILÊNIO

Estou convencido de que vivemos uma grande crise de civilização, muito profunda, o fim do que Braudel chamava período de longa duração e aí dentro uma desagregação do mundo moderno, industrial e centralizado. Tivemos até agora um tempo da centralização industrial: a grande fábrica, as grandes cidades, o grande estado protetor, as burocracias. Estamos talvez assistindo hoje à transição para uma outra sociedade, com transformações das forças produtivas, com as tecnologias da informática e da robótica, e através de uma nova sensibilidade social. A partir de 1968, com os movimentos de jovens e, na década seguinte, com avanços tecnológicos notáveis, vemos a possibilidade do surgimento de um mundo mais descentralizado e pluralista e, ao mesmo tempo, de dimensões planetárias. Há também o risco, em sentido contrário, de um outro cenário alternativo do futuro, com um planeta ainda mais centralizado, autoritário e controlado. Mas as potencialidades materiais da informática e da intercomunicação imediata, através de redes de computadores, do fax e dos satélites, nos abrem a possibilidade das articulações, horizontes flexíveis de realidades e experiências as mais variadas. Além disso, luta-se cada vez mais pelo direito à pluralidade e à diferença. O sujeito principal dessas demandas têm sido as mulheres. Elas já não exigem apenas a igualdade. O primeiro momento do feminismo foi ser iguais aos homens. Porém, deram-se logo conta de que, para alcançar esse objetivo, tinham de virar homens, entrar no mundo e no estilo deles. Sua grande reivindicação, nos momentos mais criativos femininos e feministas, passou a ser o direito à diferença, a ser mulher (10). Por que estou dizendo isso? Porque tem uma enorme incidência no trabalho da Igreja e no novo estilo pastoral das Comunidades Eclesiais de Base (as CEBs) (11).

Em torno dos movimentos sociais estão surgindo as experiências mais criativas na sociedade, muito mais do que no Estado, ou nos partidos (12). E as CEBs, movimentos sociais e eclesiais, são um fascinante exemplo deste novo tipo de articulação horizontal, em rede. Podemos inclusive comparar a velha Ação Católica, movimento centralizado do meu tempo, às CEBS de hoje. A Ação Católica correspondia bem ao paradigma do mundo moderno industrial. Tínhamos movimentos nacionais e internacionais (fui Secretário-Geral de um desses movimentos internacionais), com a mesma metodologia e organização central, bem característica desse momento. As CEBs não; são redes flexíveis e criadas a partir de realidades diferentes. Quem hoje defende a centralização, na Igreja, são os movimentos conservadores ou restauradores, que têm uma cabeça extremamente moderna, com ligações bem concretas com o mundo industrial e financeiro, Comunhão e Libertação ou Opus Dei.

A tendência das CEBs é outra. A experiência delas se faz na pluralidade e na enorme diversidade. Uma CEB de Crateús é diferente de uma CEB de Rio Branco, ou periferia de São Paulo, para dar exemplo das históricas, ou de uma cidade do sul, no

Alto Uruguai. Elas partem de práticas e realidades heterogêneas. Há uma expressão muito feliz quando se fala das CEBs: são novos jeitos de ser Igreja. Algumas vezes a idéia aparece no singular, novo jeito de ser Igreja. Mas prefiro o plural. Não há um modelo de CEBs prefixado. São laboratórios abertos de experimentação e de pluralismo, sem receitas prévias. As CEBs não têm secretariado nacional como a Ação Católica, nem congressos nacionais como os do passado. Elas realizam encontros intereclesiais. Aí está presente a idéia de rede, de comunicação horizontal. Recuperam também a velha noção paulina das Igrejas locais. "Trago em mim a solicitude de todas as Igrejas", tão diferentes entre si. A Igreja de Antióquia e a Igreja de Alexandria eram mundos litúrgicos, culturais e teológicos diversos. A riqueza da pluralidade das primeiras comunidades cristãs se perdeu um pouco no monolitismo desta nossa Igreja moderna.

Entretanto, hoje está havendo, também na Igreja, uma explosão da diversidade, a partir das práticas e não da reflexão teórica saída de um livro de teologia. Apareceu no Vaticano II quando se discutiu a colegialidade. Foi uma preocupação de Paulo VI em vários documentos, retomada por João Paulo II em sua exortação sobre os fiéis leigos (13). Um clima novo irrompeu em Medellín, continuou em Puebla e foi confirmado também em Santo Domingo — apesar das enormes dificuldades desse encontro. Mesmo Santo Domingo não pôde ignorar essas novas experimentações pastorais, em que vai se atenuando a polarização clérigo-leigo, para dar lugar à comunhão e à comunidade de cristãos com diferentes carismas e ministérios.

Há pouco tempo me pediram para escrever um artigo dizendo como, em vista de uma JUC tão importante no passado, hoje temos uma Pastoral de Juventude bem mais frágil. No meu entender, isso é um engano. A JUC era um movimento pequeno e atuante num mundo relativamente simples. A universidade, no Brasil, em 1960, tinha 96 mil estudantes. Então, uma JUC com 1.200 membros era bastante visível. Hoje nós temos outra escala. Atualmente estão aí um milhão e meio de universitários. Assim, não podemos comparar aquela universidade com a de hoje. Aparentemente, agora não aparece tanto o trabalho pastoral dos jovens cristãos na sociedade ou nas escolas. Entretanto, existe uma diversidade muito maior e um grande dinamismo espalhado no país. Tenho assessorado as Pastorais de Juventude pelo Brasil afora e posso testemunhar a multiplicidade e a riqueza de práticas diversas e vitais. Só que ainda conservamos hábitos e categorias mentais que não captam bem essa realidade mais complexa e diferenciada. Nossos instrumentos analíticos ainda estão muito presos ao mundo centralizado e uniforme da eficiência moderna. E nem sempre sabemos descobrir o dinamismo fecundo das diferenças. Muitos julgam que estas diversidades são vícios, quando elas podem ser virtudes. Para alguns, os movimentos pequenos e fragmentários são pobres porque se atêm a aspectos parciais da realidade e não totalizam a problemática num projeto global. Mas isso pode ser uma vantagem, que os faz mais colados ao real, mais práticos e concretos, menos dogmáticos ou sem tendências totalitárias. As dimensões da diversidade, da multiplicidade, da fragmentariedade, lidas na ótica de um mundo pluralista, pós-industrial, descentralizado, trazem muitas vantagens. A partir dessa perspectiva não é difícil descobrir e valorizar o que existe em matéria de Pastoral de Juventude Rural, no Rio Grande do Sul, Pastoral de Juventude dos Movimentos Populares, no interior de Minas Gerais ou no nordeste, as várias Pastorais Universitárias etc. São pequenas, fragmentárias, mas atuantes, carregadas de iniciativa e de criatividade (14).

Temos de afinar as nossas ferramentas teóricas para entender esse mundo plural e dividido, com a sua lógica da multiplicidade e das redes de intercomunicação. E aí, dentro dessas experiências das CEBs e das diferentes pastorais, podemos descobrir o dinamismo dos chamados cristãos leigos, para voltar ao nosso tema. É nesse contexto social e pastoral novo que surge o problema dos fiéis batizados, sejam eles leigos, sejam clérigos. Um teólogo muito importante dos tempos do Vaticano II, o dominicano holandês Schillebeeckx, dizia há 30 anos, que "o elemento clerical e leigo do povo de Deus diz respeito somente a uma diversidade de serviços ou de diaconia... Os clérigos são, juntamente com os demais membros do Povo de Deus, cristãos comuns... são clérigos somente para os demais, não para si" (15).

Quando o Vaticano II estava terminando, Ivan Illich veio ao Brasil, disse a D. Hélder que era hora de começar a preparar o Vaticano III e quis reunir um grupo em Cuernavaca, para essa tarefa. Lá estive por um ano com minha mulher e três filhos, em 1965. Vivia-se um clima eclesial de enormes esperanças, depois dessa "flor de inesperada primavera" que foi o Concílio. O Vaticano III não veio, o clima hoje é de aparente restauração. Mas na América Latina de certa maneira tivemos nosso Vaticano III, em Medellín e em Puebla, que não foram a aplicação mecânica do Vaticano II, mas seu desdobramento a partir de nossas diversidades e nossas identidades. E a Igreja continuou experimentando e crescendo em práticas pastorais. Por isso sou otimista, apesar de certas análises de conjuntura pessimistas, que se fixam nos problemas do poder eclesiástico e não no dinamismo eclesial e seu fervilhar fecundo.

Muita coisa inesperada está brotando por aí, nas práticas pastorais mais fecundas. Medellín teve sabor profético porque foi preparado por elas e apenas visibilizou o que já se vinha fazendo em tantas Igrejas locais. Os bispos holandeses, em carta coletiva do Natal de 1960, refletindo sobre o Concílio em preparação, diziam que ele seria "a concretização, particularmente expressiva, do que se passa, de maneira mais ou menos despercebida, na vida do Povo de Deus" (16). Assim foram também os grandes encontros latino-americanos do último quarto de século. Revelaram o que se ia fazendo no nível do que Cândido Mendes tão bem chama a esperança popular (17), que continua até hoje e se projeta no futuro, seja nas conjunturas eclesiais mais abertas, como no imediato pós-concílio, seja em situações aparentemente mais controladas, como a atual.

## A IMPLOSÃO DA CATEGORIA LEIGO

Para avançar nesse tema dos cristãos, leigos ou clérigos, gostaria de trazer duas considerações finais. Numa primeira, haveria que superar uma polaridade rígida entre ministérios dos presbíteros e dos cristãos comuns, para insistir na multiplicidade de ministérios. Além disso, algumas reivindicações mal elaboradas podem levar a impasses e freqüentemente bloqueiam o debate. Por exemplo, certas pressões das mulheres que querem o acesso ao sacerdócio ou de sacerdotes para acabar com o celibato. Diante delas se levantam resistências emocionais, ao lado de outras teológicas, e tudo fica congelado. Há talvez que apresentar o problema de outra maneira, a partir da diversidade e da pluralidade de serviços dentro da comunidade. Descobrem-se então muitas necessidades e novas atividades e vão aparecendo os vários ministérios, chamem-se ministérios de ordenados ou de não-ordenados. A multiplicação desses ministérios vai rompendo uma polarização paralisante. Aliás, a própria categoria de agente pastoral já é comum, atualmente, a clérigos e não-clérigos.

Em segundo lugar, há que distinguir sempre mais entre os ministérios de uma parte, vida religiosa e vida secular de outra. Ministérios são serviços, diaconias, e vida religiosa é vivência e testemunho da fé. E aí a vida religiosa é diferente da vida secular ou profana, mas está num plano diverso do sacerdócio. Nos últimos séculos tem havido uma certa superposição entre ministério sacerdotal dos clérigos e vida religiosa plena. Por exemplo, nas congregações mais recentes, normalmente os religiosos de categoria mais alta são sacerdotes; os inferiores são os chamados irmãos leigos. Isso não necessariamente era assim anteriormente. São Francisco de Assis, se bem me lembro, foi religioso não-ordenado quase toda a vida e só depois de insistências é que aceitou receber apenas o diaconato. Uma comunidade religiosa masculina não tem de ser necessariamente de sacerdotes. Bastaria, a rigor, entre eles, alguns ordenados para exercer as funções dos presbíteros. Uma coisa é a vida religiosa, como uma espécie de sinal escatológico do Reino, e aí o tema do celibato se impõe, em toda sua radicalidade, assim como uma espiritualidade própria da vida religiosa. Outra é o problema dos diferentes serviços dentro da comunidade, um dos quais é o presbiterato. Na medida em que saímos de uma discussão abstrata, mais jurídica que pastoral, para as exigências reais das práticas concretas, vamos dissolvendo tensões e abrindo novos caminhos. Hoje há toda uma redescoberta da vida religiosa e da vida secular, da espiritualidade secular e da religiosa, assim como dos diferentes serviços que clérigos e não-clérigos exercem ou poderão vir a exercer. E todos nos encontramos como cristãos batizados, com exigências compartidas, mas também com serviços e responsabilidades diversificadas, dos simples fiéis ao Papa, "servo dos servos de Deus".

Quero insistir em que, para mim, é importante superar um dualismo incômodo, clérigo/não-clérigo, para pôr no centro a categoria cristão. O cristão como sacramento do reino, sinal evangelizador, portador da Boa Nova. Para nós, simples mortais, já é tão difícil ser cristãos minimamente coerentes no nosso país, há tanta responsabilidade aí, que o tema básico não é o do leigo ou do clérigo, mas simplesmente do cristão. Basta ser cristão. E falta tanto para sê-lo e de maneira razoável! Este tenta ser meu testemunho de tantos anos de atividades eclesiais. Quero mesmo é ser cristão. Nada mais. E acho que já é ao mesmo tempo suficiente e complexo.

## NOTAS

(*) O autor é doutor em sociologia, investigador no Centro João XXIII do Rio de Janeiro, foi professor na PUC do Rio de Janeiro e na Universidade Federal do Rio de Janeiro, funcionário das Nações Unidas no Chile, no México e em Roma, autor de muitos artigos em revistas internacionais e de livros como "O cristão e o mundo" (Vozes, 1965), "Classes populares e Igreja nos caminhos da história" (Vozes, 1982), "JUC: os estudantes católicos e a política" (Vozes, 1985).

(1) L. A. Gómez de Souza, *O cristão e o mundo*, Vozes, Petrópolis, 1965, coleção "Igreja hoje" n. 10, p. 5. Em nota explicativa que *En tierra extraña* era o título de um livro de uma tenista espanhola, Lili Alvarez, sobre os leigos. E completava: "A idéia que queremos desenvolver é que o leigo no mundo está em sua própria terra. Como o piloto que Chesterton descreve em sua *Ortodoxia*, pensa sair apostolicamente para descobrir e batizar terras novas e vê, ao chegar, que desembarcara em seu próprio país, onde fora batizado. E de onde, aliás, nunca saiu..." (nota 1, p. 5).

(2) Alocução consistorial de 1946 em que Pio XII recebeu novos cardeais, entre os quais os brasileiros D. Jaime de Barros Câmara do Rio de Janeiro e D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, de São Paulo. Num livro clássico sobre o tema se pode ler: "Mesmo muitos católicos ficaram admirados desta declaração... Eis uma linguagem a que não estavam habituados. Durante muito tempo evitamos essa maneira de falar para melhor fugir a toda e qualquer confusão com o protestantismo" (Mons. G. Philips, *Le rôle du laicat dans l' Église*, Casterman, Paris, 1954, pp. 12-13).

(3) Ver Cânon 129, parágrafo 2º *Código de Direito Canônico*, Ed. Loyola, S.P., 1987, p. 55. Diz o comentarista em nota da edição brasileira: "Reafirmando, em princípio, a capacidade dos que receberam o sacramento da ordem, para possuir e exercitar esse poder, deixa aberta a porta para que os leigos possam *cooperar* em seu exercício. A gente se pergunta se não há aqui o desejo de manter a velha legislação, pelo menos nas aparências. Se os leigos podem receber uma participação no poder de reger é porque têm uma base constitutiva para tanto no seu ser cristão. Por outro lado, advirta-se que essa possibilidade dos leigos não está restrita aos homens, mas se estende também às mulheres" (p. 55). Ver L. A. Gómez de Souza, "Igreja e democracia, um encontro na história", *Tempo e Presença*, CEDI, Rio de Janeiro, n. 234, setembro de 1988; idem, "Missão no mundo dos cristãos leigos", *in* José Ernane Pinheiro (coord), *Christifideles laici, exortação pós-sinodal do Papa João Paulo II*, Santuário de Aparecida, Aparecida, São Paulo, 1989.

(4) Ver *Santo Domingo, conclusões*, texto oficial, CELAM-Edições Loyola, São Paulo, 1992, especialmente parágrafo 96: "A persistência de uma certa mentalidade clerical nos numerosos agentes de pastoral, clérigos e inclusive leigos (cf. *Puebla* 784), a dedicação preferencial de muitos leigos a tarefas intra-eclesiais e uma deficiente formação privam-nos de dar respostas eficazes aos atuais desafios da sociedade" (p. 105).

(5) Daniele Hervieu-Léger, *De la mission à la protestation. L' évolution des étudiants chrétiens*, Cerf, Paris, 1973, p. 15.

(6) L. A. Gómez de Souza, *A JUC: os estudantes católicos e a política*, Vozes, Petrópolis, 1984, pp. 239-255. Idem, "Igreja e democracia..., *op. cit.*

(7) L. A. Gómez de Souza, "O trem das CEBs com bitola larga", *Tempo e Presença*, CEDI, Rio de Janeiro, n. 265, outubro de 1992.

(8) Henri de Lubac, *Méditations sur l' Église*, Aubier, Paris, 1954, p. 249. "A fé pode permanecer sincera, mas está completamente minada. Começa-se a olhar a Igreja do exterior, para julgá-la. O gemido da oração transforma-se em recriminação humana".

(9) René Marle (ed.) *Au coeur de la crise moderniste, correspondance*, Aubier, Paris, 1960, p. 199.

(10) Rosiska Darcy de Oliveira, *Elogio da diferença, o feminino emergente*, Brasiliense, São Paulo, 1991. Rose Marie Muraro, *Seis meses em que fui homem*, ed. Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 4ª ed. 1991.

(11) L. A. Gómez de Souza, "Centralização ou pluralidade? O caminho criativo das CEBs", *Mutações Sociais*, CEDAC, Rio de Janeiro, n. 1, julho-setembro 1992.

(12) L. A. Gómez de Souza, "Elementos éticos emergentes nas práticas dos movimentos sociais", *Síntese*, Belo Horizonte, n. 48, janeiro-março 1990.

(13) João Paulo II, *Exortação apostólica pós-sinodal sobre vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo, Christifideles laici de 30.12.1988*, Doc. Pontifícios n. 225, Vozes, Petrópolis, 1989. Ver no n. 3: "É deveras grande a diversidade das situações e das problemáticas que existem hoje no mundo, aliás caracterizado por uma aceleração crescente de mudança. Por isso, é absolutamente necessário precaver-se contra generalizações e simplificações indevidas".

(14) L. A. Gómez de Souza, "As pastorais de juventude no contexto pós-industrial", *Tempo e Presença*. CEDI, Rio de Janeiro, n. 262, março-abril 1992.

(15) Schillebeeckx, o.p., "Os leigos no povo de Deus", *Igreja em Foco*, CNBB, Rio de Janeiro, n. 34, 1ª quinzena outubro de 1964, p. 326.

(16) *Carta coletiva do episcopado holandês sobre o Concílio*, Natal de 1960, citada em L. A. Gómez de Souza, "A Igreja em Concílio, revisão de vida coletiva", *in* vários autores, *Que será o Concílio*? Dom Bosco Editora, Rio de Janeiro, 1962, p. 21.

(17) Em seminário realizado dia 30 de abril de 1993 sobre "Alceu Amoroso Lima e o leigo na Igreja", organizado pelo *Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade*, a ser publicado brevemente em livro. E esperança também na sua acepção de virtude teologal "que leva as outras duas virtudes pela mão" (Péguy).

# QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL DO TEXTO OU O DEBATE EM COMUNIDADE.

1. O texto de Santo Domingo, no n. 96, faz uma crítica até bastante dura aos leigos clericalizados, dedicados mais a tarefas intra-eclesiais, sugerindo uma aparente divisão de trabalho. Como você percebe em sua realidade de trabalho concreto a relação que é estabelecida por você e sua comunidade com os leigos?
2. Parece que em muitos grupos a discussão sobre a dimensão laical da vida religiosa cobre uma discussão sobre poder onde, questionando a hegemonia dos clérigos, tenta-se criar uma outra hegemonia em que se esquece uma eclesiologia de comunidade com poderes-serviço. Observe os conflitos perceptíveis na Igreja local onde você se situa: que tipo de luta eles refletem?
3. Olhando o mundo do próximo milênio o autor assinala como grande possibilidade a articulação horizontal em rede de realidades e experiências as mais variadas. É algo que o mundo leigo já está fazendo, que as CEBs assinalam dentro da vida da Igreja. Estas articulações, que garantem a pluralidade, a diversidade, a diferença, são observáveis no contexto religioso em que você vive ou, ao contrário, predomina um modelo centralizado, autoritário e controlado?

# O SONHO DA "TERRA SANTA" SOBREVIVE

Pe. Antonio Boeing, SVD
São Paulo/SP

As novas formas de vivenciar a fé apontam que o caminho de recriação da liberdade real das maiorias oprimidas é eminentemente leigo.

A reflexão em torno do "desmoronamento" das utopias está muito presente hoje. Inúmeros sonhos foram e continuam sendo desfeitos num processo acelerado. Sonhos que impulsionam o caminhar rumo a uma sociedade igualitária. Diante desta realidade nos perguntamos constantemente: há perspectivas para os excluídos? É possível desencadear um processo de mudança das estruturas de morte?

Estas questões fazem emergir a consciência de que é preciso apreender dos movimentos que, em cada situação concreta e momento histórico determinado, buscaram responder às situações de profunda crise sócio-econômico-política e religiosa, procurando concretizar seus sonhos. Movimentos de indígenas, negros, sertanejos, mulheres, operários. A reflexão sobre estes movimentos, com a preocupação de detectar como os seus agentes procuraram em cada momento solucionar o problema fundamental de sua existência, abre novas pistas para o agir missionário hoje. É de fundamental importância fazer a memória dos que lutaram por uma sociedade alternativa, na tentativa de possibilitar espaços de vida para todos.

Em nosso país foram inúmeros os movimentos que, de Norte a Sul[1], tentaram à sua maneira concretizar suas utopias. Destes movimentos históricos muitos conseguiram avançar e concretizar suas aspirações, alguns foram cooptados e outros eliminados pela estrutura dominante.

Conscientes do valor destes movimentos tentaremos resgatar luzes para o nosso agir desde a luta do Contestado, ocorrida nos sertões catarinenses entre 1912-1916.

## 1. CONTESTADO BUSCA CONCRETIZAR A UTOPIA SERTANEJA

A região do planalto catarinense onde viviam os índios Kaingang e Xócren passa a ser colonizada a partir de 1702. São os colonizadores de São Paulo e do Rio Grande que estabelecem fazendas e passam a explorar também as riquezas naturais da região. Com isto se intensifica a disputa entre os Estados do Paraná e Santa Catarina pelo controle da região. É dessa disputa para controlar a exploração das riquezas que nasce o nome: CONTESTADO. A terra contestada. Essa disputa se restringe aos escalões governamentais, e com isso nenhum Estado realizava investimentos na área de saúde, educação etc. A estrutura social que se vai consolidando é de dependência pessoal, garantida pelos laços do

compadrio. A estrutura era formada pelos coronéis, fazendeiros, criadores, lavradores, agregados, peões. Cada fazendeiro tinha os seus "capangas" armados para defender os seus interesses. Expandiam suas propriedades e encurralavam os pequenos lavradores nas encostas, como também os agregados e peões "excedentes". Estes eram dispensados e entravam com suas famílias mata adentro em busca de espaços para sobreviver.

No final do século passado e início deste, instalam-se na região Companhias que se apropriam de grandes extensões de terra. Em 1908 a Companhia Brazil Railway obtém a concessão para construir a estrada de ferro no trecho de União da Vitória - Marcelino Ramos, com direito às terras situadas a 15km de cada lado da estrada. Expulsam com polícia própria todos os moradores que viviam nessa área. Em 1911 a Brazil Railway cria outra Companhia, a Brazil Lumber, que se torna a maior madeireira da América do Sul; além de explorar as terras situadas nas margens da estrada de ferro, apropria-se de mais 180 mil hectares.

Para a construção da estrada de ferro chegam mais de 8.000 pessoas à região, que foi abandonada com o fim das obras. Além do mais, as Companhias vendiam as terras só para estrangeiros, e a população sertaneja era impossibilitada de ter acesso às terras.

A chegada das Companhias com a expansão capitalista, desde o início da República, rompe a estrutura de dependência vigente no sertão e intensifica a insegurança do sertanejo. Esta realidade acirra ainda mais a violência já presente no sertão. Cada sertanejo buscava defender-se como podia. A população passa a armar-se; no início lutavam isolados, cada qual com suas razões.

Os monges João Maria Agostini, João Maria e José Maria exerceram um papel importante em meio à situação de miséria do sertanejo. Anunciavam a salvação coletiva e esta visão tinha implicações imediatas no agir cotidiano, isto porque os monges acusavam a República, a oligarquia local e as Companhias de serem as responsáveis pelo agravamento da miséria sertaneja, afirmavam que estas organizações eram contra a "lei de Deus". Os monges eram líderes do próprio povo e possuíam um carisma que contagiava o sertanejo.

A partir do segundo monge, em fins do século passado, é que se intensifica mais a produção religiosa como reação à estrutura dominadora e torna-se a base de sustentação da "nova ordem", do "novo século". A religião era a "arma" de que os sertanejos dispunham para explicar o que se passava no sertão. Talvez a "única", a mais "eficiente".

Em 1912, os sertanejos passam a aglutinar-se em torno do monge José Maria e cresce entre eles a concepção de que deveriam construir uma "nova ordem". Organizam-se em Taquaruçu e logo são perseguidos pela polícia de Santa Catarina a pedido das oligarquias locais. José Maria e os sertanejos fogem para os Campos do Irani (PR). Assim que o governo do Paraná soube da presença do monge e da multidão de sertanejos pensa tratar-se de uma invasão por parte do Estado de Santa Catarina. Segue para reprimir uma força do exército e num confronto direto o monge José Maria é assassinado. Inaugura-se um novo tempo. Estavam definidos os limites dos "dois mundos" (dos sertanejos e dos opressores), os objetivos eram inconciliáveis. Para o sertanejo, José Maria e João Maria, como os santos, voltariam para pôr tudo em ordem.

A partir de 1913 os adeptos, seguindo as ordens "celestes", formam a "cidade Santa" novamente em Taquaruçu, pois disto dependeria a volta dos monges, do "Exército Encantado de São Sebastião", que iria estabelecer a ordem. Os dois Es-

tados se unem e a repressão é violenta. O conflito incendeia o sertão e vai até 1916. Os sertanejos não queriam o confronto, mas quando ele se intensifica passam a organizar-se para resistir e lutar, pois a partir da morte do monge José Maria todos lutavam numa "guerra santa".

As forças repressoras, não conseguindo integrar o protesto dos excluídos, eliminaram quase todos os sertanejos e os sobreviventes foram dispersados. Com os sertanejos eliminados, os dominadores estavam satisfeitos, pois haviam restabelecido a "ordem" e o "progresso" poderia efetivar-se, haviam eliminado os opositores, um "quisto" social.

As bases das expressões religiosas no Contestado foram sendo gestadas no processo histórico de luta pela sobrevivência. Um catolicismo rústico, eminentemente leigo, em que os monges, capelães, rezadores, benzedores, festeiros eram os agentes. As múltiplas expressões de fé eram entendidas pelo sertanejo como momento de sociabilidade, onde eles externalizavam sua resistência e aspirações.

A presença dos padres era praticamente nula na região até fins do século passado, quando então chegaram os franciscanos alemães, período em que a Igreja brasileira estava em pleno processo de romanização. Uma Igreja em Reforma e que buscava fortalecer-se com a chegada das novas congregações religiosas. O centro da atividade missionária era a prática dos sacramentos. Os missionários tentam apropriar-se dos santos, festas, rezas existentes no sertão. A preocupação destes missionários era que os sertanejos deveriam acumular méritos para o céu, enquanto que a vivência do catolicismo presente no sertão era possibilitar alívio na dureza do cotidiano.

Estas práticas se chocam com as dos missionários, estes tentam submeter os agentes religiosos sertanejos ao poder eclesiástico. Esta tentativa não surtiu efeitos, pois os sertanejos julgavam ser os missionários representantes da República e das Companhias que haviam arruinado ainda mais a vida no sertão. Eram estrangeiros como os donos das Companhias e os imigrantes que compravam suas terras.

O fato de os sertanejos viverem encurralados pelo capitalismo em expansão, não conseguindo superar e impedir o seu avanço, não deixava outra saída a não ser construir a "Terra Santa", onde as normas seriam definidas por eles. Como resistência e espaços de vida alternativos nasce a "Terra Santa", onde durante 4 anos os sertanejos controlaram uma região de mais de 28.000 quilômetros quadrados (0,3% do território nacional).

Para que a "Terra Santa" se efetivasse o sertanejo acreditava: — que possuía forças para construir algo alternativo; — Deus, os monges, os santos, os que haviam tombado na luta estavam com eles; — o "velho século" deveria ser totalmente eliminado; — eram os "eleitos", lutavam na "guerra santa"; o único caminho possível era o de romper com todas as instituições do "velho século", representantes da "lei do diabo".

As bases de sustentação da "Terra Santa" eram: 1. Os ideais de monarquia; não buscavam restaurar a monarquia antiga, mas esta era a possibilidade alternativa que conheciam. 2. Os líderes vão emergindo segundo o carisma e como resposta às necessidades da "Terra Santa". 3. A força espiritual: através das orações comunitárias diárias procuravam garantir o agir em conformidade com o sagrado e a unidade na "Terra Santa". A expressão de fé era a base de sustentação da "nova ordem". 4. A economia igualitária — todos os bens eram da Irmandade, tanto o que produziam como o gado do qual se apropriavam nas fazendas vizinhas, tornava-se o gado da irmandade, pois este ocupava suas terras. 5. A festa permanente: a vivência alegre e de

festa constante era, segundo os sertanejos, o paraíso terrestre.

Alguns obstáculos impediram o avanço do projeto: — falta de articulação com outros movimentos; — a sucessão de líderes cria conflitos e leva à coerção interna; — o fato de o movimento ser extremamente sectário não suporta as pressões externas.

No Constestado, durante os quatro anos de luta, tombaram mais de seis mil sertanejos, procurando garantir espaços de vida. Essa luta dos sem-terra "deveria" ser esquecida, por se constituir em "memória perigosa" do povo. Os representantes oficiais da estrutura dominadora tentaram deslegitimar e qualificar o movimento como sendo de "fanáticos" e "bandidos", ignorando as causas sociais que levaram os pobres sertanejos a desencadear a luta.

Oitenta anos se passaram, muitas coisas mudaram, mas infelizmente a vida da grande maioria da população brasileira, tanto do campo como da cidade, continua desesperadora. Hoje, os defensores do "livre mercado" argumentam que os povos estão se unindo através dos blocos econômicos. Sabemos que isto não é real, pois o mercado exclui e seleciona quem pode ou não participar dos seus bens. Esta realidade reduz os sonhos, enfraquece a esperança.

A certeza de que o maior protesto contra o sistema capitalista e de que suas normas não são a "salvação" da humanidade, sem dúvida, emerge da multidão dos pobres excluídos. Neste sentido, recuperar suas lutas contribui para abrir caminhos, para florescer uma sociedade nova. É um sonho. Sonho que a organização dos excluídos fará reviver.

Para nós que nos propomos servir os excluídos da sociedade, sem dúvida — precisamos antes crer na utopia. Crer que a "Terra Santa", a "Cidade Santa", "Novo Século", têm sentido. Isto apreendemos no cotidiano com os que crêem no "Mistério", que dá resistência e impulsiona o caminhar rumo a uma vida melhor.

Em nosso caminhar com as comunidades na tentativa de reforçar os espaços de vida e ampliá-los, em cada momento histórico e situação concreta, têm surgido algumas questões. Como expressar a fé? Qual a função social das múltiplas expressões religiosas presentes em cada realidade? O que se pretende e aonde se quer chegar com estas manifestações?

Na lida cotidiana do povo se mesclam atitudes de: — alienação (uma certa fuga dos problemas ou legitimação da estrutura dominante); — resistência (alívio diante das dificuldades); — busca de identidade (solidariedade familiar e comunitária); — busca de transformação da realidade (movimentos organizados, reforço das aspirações dos marginalizados por uma sociedade nova).

Na prática se constata que não existe uma linha que delimite o espaço de ação de cada "adepto". Num mesmo contexto as expressões de fé podem exercer múltiplas funções conflitivas e contraditórias. Constatamos em nosso trabalho algumas pessoas que nós consideramos "conscientes" e em determinadas situações tomam atitudes que nos parecem "alienadas". Qual o porque disto? Uma das razões creio estar no fato de no cotidiano da vivência religiosa e nas demais práticas, o povo excluído ter como preocupação central garantir a sobrevivência. O objetivo mais ou menos comum é o de encontrar formas para aliviar a dor, o sofrimento, a fome, a morte prematura, enfim, tornar a vida melhor. Nesta tarefa a religião pode ser "eficiente" ou não, como também pode desempenhar funções diferenciadas.

Para concretizar espaços de vida em muitos momentos é preciso fazer alianças táticas. Aos olhos de muitos estas alianças são alienação, outros vêem como resistência e outros como possibilidade de transformação.

Emergem algumas questões: a partir de que lugar social se analisa e conseqüentemente se dá a ação dentro de cada realidade concreta e momento histórico determinado? O que os excluídos pretendem no agir cotidiano? O que os agentes, religiosos, missionários, pretendem?

Nos diversos trabalhos que desenvolvíamos, quando vivendo no Vale do Jequitinhonha (MG) — pastorais, CPT, sindicato, PT, associações —, chegamos no decorrer do processo a muitos impasses. Alguns pensavam que estas atividades eram a mesma coisa e motivavam a mescla (inclusive com uma linguagem semelhante). Outros criticavam a falta de clareza de objetivos de cada organização, outros diziam tudo ser política, alguns se aproximavam e outros se afastavam. O agir era permeado de rupturas. Realmente não era tarefa fácil definir a especificidade de cada organização, já que aparentemente "todos estavam convictos" do objetivo maior — transformar aquela situação de extrema miséria numa vida melhor. O ponto de partida era a vida concreta. A fé era importante. Seguir detectando os objetivos presentes na luta cotidiana pela sobrevivência como também definir os "papéis" (Identidade) de cada organização continua sendo um grande desafio.

Assumir os desafios no cotidiano da vida é um caminhar repleto de conflito, incerteza, insegurança, medo, recuo. Mas também é um caminhar com avanço, conquista, esperança e vida.

## 2. RELIGIÕES DO POVO: RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO

### 2.1. A expressão de fé emerge das lutas

A religião do povo vai sendo gestada no processo de resistência e de luta pela sobrevivência. As contradições históricas são múltiplas. Em cada realidade com características próprias de cada cultura e momento histórico, a experiência de fé vai emitindo luzes de esperança.

O compromisso de busca e de construção coletiva do amor e da felicidade tem suas expressões concretas na prática da justiça e igualdade. São anseios que a religião popular procura realizar. "Aparentemente inexistente ou muito apagada na experiência cotidiana do povo, esta visão ao mesmo tempo realista e cristãmente solidária do amor e da esperança brota com uma força incontrolável na multiplicidade de momentos e movimentos em que a Igreja participa com o povo, em uma situação concreta, de suas lutas. Se ela foi tão viva nos movimentos messiânicos e milenaristas do passado, ela não é menos evidente nos movimentos populares presentes, de indígenas, de camponeses e de operários, homens e mulheres em todo o Continente."[2]

O desafio para a religião popular não é só interpretar o mundo religiosamente, articular a identidade, mas avançar no sentido de transformar a história para que a vida supere todas as situações injustas do mundo. A gestação destes anseios de uma nova sociedade se dá na clandestinidade, marginalidade, e é nestes espaços abertos no cotidiano que se compreende Deus solidário na luta pela sobrevivência. Esta convicção desencadeia formas alternativas de expressar a experiência religiosa.

A hieraquia eclesiástica, hoje, tem muito falado na necessidade de uma "Nova Evangelização". Mas sem repensar com profundidade o papel da Igreja e quais os projetos que foram fortalecidos na história pelas autoridades eclesiásticas, com certeza nada terá de novo. É preciso estar atento às expressões da fé do povo e de seus reais anseios de transformação, para não eliminar estas iniciativas e conseqüentemente fortalecer os projetos dominadores.[3]

Procurar respeitar a "autonomia" das organizações populares é fundamental, isto não só no campo político no qual, até certo ponto, é aceita pela religião oficial, mas também no campo religioso. Quando as expressões populares de resistência na história passaram a questionar de forma mais intensa a posição que os representantes da religião oficial ocupavam, estes uniram-se com outras forças para eliminá-las. No Contestado, a partir do momento em que os representantes eclesiásticos perdem a influência sobre o sertanejo com a organização autônoma da irmandade, a Igreja une-se às forças repressoras.

A busca de certa autonomia da religião popular não pode significar que ela deva ser "instrumentalizada", em vista da concretização de projetos nem sempre claros e alheios aos que vão gestando a fé como forma de sobreviver. Utilizar as expressões de fé do povo até que estas sejam "eficazes", dispensando-as ao encontrar outro instrumental para a efetivação dos projetos é sem dúvida manipular e eliminar a resistência gestada na religião popular no processo de luta pela sobrevivência.[4] Entender a fé como gratuidade, sem dúvida alimentará os sonhos mais profundos no caminhar em busca de uma sociedade realmente nova. Uma fé que possibilite a defesa da vida e transcenda os projetos políticos.

Existem tensões entre a religião oficial e popular. Isto porque na prática oficial, no nível de fé, não se aprofundam nem se re-elaboram novas formas de espressá-la, vivenciá-la, desde os novos desafios emergentes da dinâmica histórica.

No Contestado, quando se dá a ruptura, os representantes eclesiásticos também se enrijecem e quando vão aos redutos é para repreender os sertanejos, numa tentativa de "trazê-los" de volta à Igreja e à sociedade. Buscam convencer o sertanejo de que o seu anúncio era melhor do que o dos monges. Os missionários não cogitavam procurar entender a nova forma de expressar a fé desde a nova realidade, o "novo século" com todos os seus sonhos. Reintegrar os sertanejos que viviam na "nova ordem" nos esquemas da Igreja, sem dúvida, era uma tarefa impossível. Na "cidade santa" os padres "não valem mais nada", estão comprometidos com outro projeto: "o do velho século", onde a lei que orienta é a do diabo, da não-vida. Não há relacionamento possível entre a "religião de Deus" e a "religião do Diabo", como também entre os seus representantes. São distintos os mundos culturais que se justapõem. Como os missionários não mudam o ponto de partida, não há diálogo, pois julgam-se no direito de ditar as normas, e por isso o seu discurso não tem ressonância. A presença missionária não abre nenhuma perspectiva.

Construir algo novo não significa que a religião oficial tenha de se apropriar dos valores da religião popular, antes, sim, perceber que o povo é o ator real e efetivo na elaboração de sua experiência de fé e de luta. "Será necessário entregar o processo de libertação nas mãos dos pobres, confiando que estes são capazes de libertar-se a si mesmos."[5] Buscar a unidade das expressões de fé não significa eliminar as diferenças culturais. É antes busca comum para eliminar as injustiças e desigualdades onde, numa solidariedade efetiva, se possa expressar a diferença. "Para acertar é necessário ir à raiz: a fé do povo pobre em Deus, no sentido da fé no Deus que Jesus nos revelou. A partir dela é preciso evangelizar; ela pode dar razão da esperança; ela forja teologia; ela é comunidade crente ao serviço da humanidade."[6]

A tarefa para os agentes, segundo Brandão, é atualizar os valores da religião popular "através de uma pastoral que dê a tal imaginário generoso um sentido de história e às culturas, inúmeras e tão diferentes, mas tão próximas na opressão e na

esperança, a mensagem e os meios capazes de instrumentalizar a construção popular de seu próprio mundo e de sua Igreja".[7] A responsabilidade dos leigos é fundamental para se consolidar um projeto alternativo de expressão de fé que possa abrir clarões na densa noite imposta pelas estruturas dominadoras.

A religião do povo sofre constantemente a interferência dos representantes dos projetos dominadores. Estes procuram manipular as expressões de fé tendo em vista legitimar e garantir a continuidade da estrutura vigente. Manter a "autonomia" da religião popular perante as forças do capital idolatrizado não é uma tarefa fácil. Mesmo que se intensifique a repressão, a religião do povo encontrará novas formas de expressar-se e "os mortos terão o seu velório, o santo terá sua festa, aos curandeiros não faltarão as ervas e as ermidas e santuários não fecharão suas portas".[8] Estas e outras expressões de fé ressurgirão, a cada momento e situação determinada, como resposta aos desafios e conflitos do cotidiano. As novas formas de vivenciar a fé apontam que o caminho de recriação da liberdade real das maiorias oprimidas é eminentemente leigo.

## 2.2. Inculturação em meio às contradições históricas

No Contestado o aparecimento da autonomia dos deserdados faz tremer as bases da estrutura social e eclesiástica, que se unem para eliminar o "quisto". A acusação feita aos sertanejos é de que haviam criado um "Estado". Mas não é só esta realidade que leva os representantes da estrutura eclesiástica a aliar-se com as forças repressoras. Antes foi o rechaço que sentiram, isto é, a perda da influência sob o sertanejo. Na "nova ordem" os dogmas não valem mais.

Os missionários ao chegarem no Contestado não foram capazes de compreender as reais necessidades dos sertanejos. Chegam com o firme propósito de evangelizar e para isto seguem os esquemas já predeterminados, sem contudo perceber e respeitar a vivência religiosa existente no sertão, vivência elaborada a partir dos problemas vivenciados no cotidiano. A tentativa de evangelizar, principalmente através da prática dos sacramentos, não tem sobre a vida sertaneja a ressonância esperada. Respeitar as diferentes maneiras de experienciar a fé é um desafio que persiste no mundo de hoje. Mundo de incerteza, sofrimento, opressão, morte, alegria, esperança e vida. Mundo dinâmico, repleto de contradições e conflitos.

Muito se tem refletido sobre inculturação, especialmente neste período em que retomamos os 500 anos da presença de missionários em nosso continente, detectando neste caminhar os elementos de resistência, de luta e esperança. Diante da proposta de "nova evangelização" muitos debates foram surgindo. O que se percebe é que as concepções de mundo, de Igreja, de Reino são múltiplas e conseqüentemente as atividades missionárias que decorrem destas concepções também são diferenciadas.

A partir de Medellín, foi se percebendo que o compromisso pela libertação dos povos implicava reflexão e descoberta da identidade cultural dos povos latino-americanos, não sendo suficiente para efetivação da libertação só partir da realidade socioeconômica. Esta percepção motivou muitos agentes a se aproximar do outro, do diferente, procurando compreender a forma de organizarem a vida, aspirações, protestos, resistências, lutas e esperanças.

Sabemos que modelo de evangelização centralizado e controlado, através de normas, princípios, regulamentos, definições, impede a criatividade e a espontaneidade. Se a proposta de evangelização for "implantar" um modelo de Igreja alheio às culturas, mesmo que feita com "boa vonta-

de", continuará sendo rejeitada. Na história do nosso continente nunca as ações criaram tanta morte como as que foram feitas com "boa vontade". Os massacrados e vítimas de ontem e de hoje poderão afirmar isto com toda a segurança.

Para uma real inculturação, as expressões da religião popular não podem seguir sendo taxadas de ignorantes por não estarem em sintonia com as determinações oficiais. É indispensável reconhecer que os pobres têm sua própria sabedoria e seu modo próprio de interpretar a fé e agir na história.

Cresce a cada dia o número dos excluídos, dos condenados à morte e, por outro lado, poucos vivem na abundância. Inculturar-se em meio a estas contradições não significa criar uma convivência harmoniosa. A inculturação deverá assumir os conflitos existentes e deverá ser feita a partir da solidariedade com os oprimidos. O ponto de partida para a evangelização é sempre o "outro". Este outro tem seu rosto concreto, determinado historicamente por sua cultura e pela realidade vivencial sócio-econômica-política e religiosa.

Quanto mais emergir o pobre, o diferente, com todas as suas múltiplas expressões, mais fará ruir as estruturas dominadoras. Pois os pobres são os únicos que hoje com o "fim" do comunismo "real" são capazes de contestar, protestar, afirmando que o capitalismo não responde às suas aspirações. Toda sociedade totalitária mata o diferente e inviabiliza a vida do outro. Para evangelizar é preciso crer no outro como "epifania histórica de Deus que, aqui e agora, chama-o a servir a esse homem naquilo que exige como justiça".[9] Os pobres evangelizam sem um projeto predeterminado. Sabem que a meta é garantir a vida, defendê-la, conquistá-la. Por isso, "a meta da inculturação é a libertação e o caminho da libertação é a inculturação".[10] As trilhas se abrem a partir dos desafios e esperanças de cada momento.

Neste sentido "a inculturação visa a uma proximidade respeitosa diante da alteridade, crítica perante o pecado e solidária no sofrimento".[11] Isto só é possível numa atitude de aprendizagem, de escuta, de acolhida, procurando compreender e sugerir. "O ouvinte escolhe a partir daquilo que já sabia antes, e integra o discurso evangelizador na sua própria trajetória."[12] Se o evangelizador permanece rígido no seu discurso nem conseguirá passar a mensagem. Isto não é fácil para uma Igreja acostumada a mandar, determinar o que os outros podem ou não podem fazer.

Comungar do projeto dos humilhados até as últimas conseqüências é experienciar o "Mistério", como forma diferenciada de o Deus da Vida se manifestar. Isto significa abandonar os lugares seguros e partir em êxodo pascal para o lugar ecumênico, dialogal e martirial.

Inúmeros são os desafios para que realmente sejam respeitadas as diferenças culturais e que todos os povos possam garantir a Vida. O caminho é longo e deverá ser percorrido numa atitude solidária, afetiva e efetiva com os marginalizados, pois do contrário seremos julgados por eles. É tarefa urgente romper com o "monopólio" exercido pelos que se julgam portadores de uma cultura superior.

Caminhar nesta direção sem dúvida intensificará o conflito. E um dos principais focos de tensão entre hierarquia e laicato se dá com a crescente tomada de consciência por parte da mulher e de sua dignidade. A clericalização atual tenta abafar a força da cultura da mulher. Uma cultura de serviço, de vida, de resistência e luta, de gratuidade, riso e festa, de muita fé. Esta palavra nova forçará uma mudança radical nas instituições. A leitura bíblica a partir dos pobres também incomoda e desnuda o poder institucionalizado, volta-

do sobre si mesmo, defensor de seus próprios interesses. A perspectiva de um ecumenismo mais amplo, macroecumenismo, além do realizado entre as Igrejas oficiais, também move as bases da hierarquia. O caminhar nesta direção sem dúvida é conflitivo, haja vista que no Encontro de CEB's em Santa Maria, o Pai-de-Santo e o Pajé não encontraram espaço entre as demais autoridades eclesiásticas e religiosas. A emergência da teologia da mulher, do negro, do índio, do pobre, com toda a diversidade que lhe é própria, intensificará o conflito, mas abrirá brechas para a concretização de suas utopias. Inúmeras contradições fazem parte da dinâmica histórica, mas só vale lutar por aquelas que realmente possibilitarão vida e "vida para todos", as demais não merecem o desgaste de energia.

A vida triunfará se formos capazes de anunciar e testemunhar a Boa Notícia todos os dias, reconhecendo que "levamos este tesouro em vasos de argila" (2Cor 4,7).

## 2.3. A articulação dos protestos fortalece a esperança

No Contestado os missionários não foram capazes de compreender os reais anseios dos sertanejos, como também não possibilitaram ao sertanejo a compreensão do que realmente se passava em nível nacional, com as mudanças que estavam sendo implementadas. Talvez os missionários não tivessem consciência do impacto da expansão capitalista sobre a vida sertaneja. A compreensão dos reais problemas emerge da sensibilidade aos acontecimentos cotidianos da vida dos excluídos. Para que a resposta seja eficaz, não basta a satisfação das necessidades básicas. É preciso que se faça justiça às diferentes dimensões da vida, como a subjetividade, feminino, diversidade cultural, ecologia. Para captar estes anseios é preciso mudar de lugar social e transformar as concepções, pois a pessoa que passa a "viver" do sistema passa também a pensar como o sistema pensa".[13] O apego a estruturas, ideologias, leituras da realidade feitas a priori impedem uma apreensão do real. Sentindo com a alma e o corpo a realidade concreta, onde estão presentes a dependência, a insegurança, a humilhação, o conformismo, a revolta e a esperança, é que se compreendem os anseios das multidões oprimidas. Só ao assumir as cruzes com todos os excluídos e acreditar em sua força transformadora é que se percebe no desenrolar da vida a manifestação da sabedoria dos fracos. O ponto de partida para o caminhar são os empobrecidos, percebendo que na prática suas luzes e sombras se mesclam.

A tarefa do missionário, do agente, é também "universalizar a teoria e a prática popular, contextualizando-as no interior do sistema maior".[14] Sem esta prática as lutas, por mais efetivas que sejam, não encontrarão ressonância transformadora no conjunto da sociedade. São eficazes até o momento em que não esbarram no projeto maior da sociedade. Ocorrendo este confronto, se não houver uma articulação com outros projetos, elas serão sem dúvida cooptadas ou eliminadas.

No Contestado vimos isto com clareza. Pelo fato de o movimento não estar articulado com outras forças também contrárias à estrutura dominante, os sertanejos não são capazes de resistir sozinhos às forças repressoras. A articulação, por mais desafiadora que seja, com todos os conflitos decorrentes do processo, é sem dúvida o caminho para romper o sectarismo e unir forças para garantir e fortalecer a esperança. Num contexto de problemas e lutas é numa atitude de diálogo, cada um com sua especificidade, que se encontrarão alternativas para a "libertação integral dos povos".

Os desafios que emergem de nossa sociedade cada vez mais excludente são

imensos. Perante esta realidade, poderíamos nos perguntar: A que realmente os pobres aspiram? Há reais possibilidades de mudanças mais efetivas? Cremos que as alternativas humanas de sobrevivência sempre estiveram e continuarão presentes na história? Mesmo que o capitalismo tente inviabilizar estes projetos, eles ressurgirão de múltiplas formas, seja como resistência, seja como lutas mais explícitas para transformar as situações injustas.

O que se torna cada vez mais evidente é que as vítimas das estruturas opressoras não aceitam mais ser objetos nas mãos dos agentes, que mesmo em nome da "libertação" vão ao seu encontro só para fortalecer os próprios projetos. Estes últimos manipulam as aspirações na tentativa de conduzir os oprimidos para onde não pretendem ir. A experiência tem demonstrado que a tentativa de integrar os excluídos no sistema, com formas "paliativas" para solucionar os seus problemas, não avança. O fato de o agente ou missionário agir sem perceber o caminho já trilhado e muito menos detectar as mudanças já efetivadas impede uma ação mais eficaz para a concretização de algo alternativo. Muitos agentes continuam imaginando que a história em busca de mudanças inicia-se com a sua chegada.

Quanto mais os excluídos proferirem a sua palavra, com certeza surgirão propostas, caminhos alternativos reais, que possibilitarão a concretização de suas aspirações. Passar de objeto a ser realmente sujeitos. O direcionamento deste processo, com certeza, será de muita criatividade, carregada de sonhos e vontade de sobreviver. "O Espírito sopra onde quer, não sabemos de onde vem nem para onde vai" (Jo 3,8). A grande utopia, a "Sociedade Igualitária", a "Terra Santa", o "Reino de Deus", alimenta os projetos alternativos que se concretizam com múltiplas facetas. Começam neste mundo mas não se esgotam aqui. Esta consciência presente no Contestado animava o sertanejo a seguir lutando. Deus é a favor da "cidade santa", é preciso concretizá-la. Mesmo que as forças do "velho século" sejam contrárias é preciso continuar, pois os repressores seguem a "lei do diabo", não querem a "vida para todos".

Novas maneiras de organizar a vida e expressar a fé não surgirão a partir de um mundo irreal. Têm suas raízes na tradição das lutas dos indígenas, dos negros, dos sertanejos, das mulheres, das crianças, dos pobres de todas as culturas. Estes mesmos pobres saberão dizer-nos qual será o papel nesse processo. Sem dúvida não será elitista, burguês, muito menos totalitário, dono de uma "verdade" que é só sua. Não podemos esquecer que "muitas vezes e de modos diversos falou Deus outrora a nossos pais pelos profetas" (Hb 1,1) e continua falando hoje. É preciso escutá-lo.

Os empobrecidos sentem no cotidiano que Deus desce (Ex 3) e se solidariza com o sofrimento. É um aliado fiel que se torna Gente (Jo 1) e companheiro. Continuamente Ele se manifesta através dos que se solidarizam com os caídos de hoje (Lc 10,25-37). A ação de Deus impulsiona mulheres e homens para transcenderem a história, convoca os destituídos do banquete para anteciparem a prática do Reino. O desafio para o missionário é apreender, sentir a presença de Deus, já atuante. Criticar as práticas religiosas do povo talvez seja mais fácil do que entrar em seu mundo e detectar as razões do seu protesto.

Os anseios de libertação de uma sociedade nova, de um homem novo, de um mundo novo, "céus novos e terra nova", são reais em todos os recantos. Este caminhar não é fácil como nos diz Brandão: "O mundo que eu desejo nunca vem, mas eu não me canso de fazer, da espera dele, o sentido da vida. E de manhã à noite, submeto-me ao prazer de viver meu dia — o sol, o amor, o amigo, a vida —, ao dever

de construir o que não vem. Mas virá".[15] Na certeza de que o tempo oportuno é agora e se manifesta como "Mistério", dádiva de Deus, "eis que eu faço novas todas as coisas" (Ap 21,5), seguimos caminhando, unindo as forças a serviço da Vida, pois esta é a "razão de nossa Esperança" (1Pd 3,15).

Refletimos apenas sobre alguns aspectos que as lutas sociais no Contestado evocam. Cremos que a aprendizagem é contínua e em cada situação concreta emergem luzes para transformar a sociedade hoje, tão corroída pelo capitalismo opressor, acumulativo e excludente. A certeza de que "um dia nóis chega lá, se Deus quiser", anima o peregrinar rumo a uma terra para todos.

Esta esperança nos impulsiona a olhar o horizonte. Participar do processo gratificante das lutas, mesmo que permeado de incerteza, medo, insegurança. Na certeza de que não há ponto de chegada, pois este torna-se um novo ponto de partida, conscientes da missão dinâmica de que "parir a vida é engravidar a história", seguimos confiantes de que sempre o ser humano será capaz de surpreender, transformar, suscitar o NOVO.

## NOTAS

1. Por exemplo: A Cidade do Paraíso Terrestre, Pernambuco, 1817: O Reino Encantado, Pernambuco, 1836; O Belo Monte, Canudos, 1875; Os Mucker, Rio Grande do Sul, 1875; Pe. Cícero, Ceará, 1875; Contestado, Santa Catarina, 1912; Beato Caldeirão, Bahia, 1935; entre outros.
2. BRANDÃO, C.R. Anotação antropológica. In: Catolicismo popular. p. 125s.
3. Cf. BENEDETTI, L.R. Os santos nômades e o Deus estabelecido, p. 12
4. Cf. BOFF, Cl. Ensaios de Libertação, p. 95
5. OTTEN, A. "Só Deus é Grande", p. 377
6. GONZÁLEZ, J.L. Apreciação crente. In: Catolicismo popular, pp. 231s.
7. BRANDÃO, C.R. Anotação antropológica. In: Catolicismo popular, p. 124.
8. GONZÁLEZ, J.L. Panorama Histórico. In: Catolicismo Popular, p. 75.
9. DUSSEL. E. Caminhos de libertação, p. 68.
10. SUESS, P. Evangelização a partir das culturas. In: Vida, clamor e esperança, p. 212.
11. Ibid, p. 212.
12. COMBLIN, J. Evangelização na atualidade. In: América Latina: 500 anos de Evangelização, p. 52.
13. Cf. VALLE, E. Psicologia Social e Catolicismo Popular. In: REB 36/141 (março/1976), pp. 171-188.
14. BOFF, Cl. Ensaios de Libertação, p. 97.
15. BRANDÃO, C.R. A esperança do cotidiano. In: Tempo e Presença, n.229, p. 4.

# QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL DO TEXTO OU O DEBATE EM COMUNIDADE.

1. O autor inicia seu artigo lembrando que o "desmoronamento das utopias" está muito presente hoje quando inúmeros sonhos foram e continuam sendo desfeitos num processo acelerado. Na sua vida pessoal, na vida da sua comunidade ou congregação seria possível lembrar alguma "utopia", algum sonho que se tenha "desmoronado" no transcorrer da história pessoal ou comunitária? Seria possível partilhar os sentimentos provocados por essa experiência?

2. O compromisso de busca e construção coletiva do amor e da felicidade tem suas expressões concretas na prática da justiça e igualdade e é perceptível na religiosidade dos movimentos populares de indígenas, de camponeses e de operários. Olhando a realidade em que você e sua comunidade trabalham é possível perceber como verdadeira esta afirmação do autor?

3. A análise da situação da região do Contestado catarinense nos anos 1912-1916 mostra que a falta de articulação com o conjunto da sociedade leva ao desaparecimento do núcleo de resistência. É muito próprio da vida religiosa fazer essa articulação. Como esse serviço é prestado carismaticamente por sua congregação? Em que situações concretas isso pode ser observado?

# RELIGIOSOS E RELIGIOSAS INSERIDOS NO MUNDO DO TRABALHO

Ir. Cláudio Briand — Joinville/SP
Irmãs inseridas no mundo do trabalho — São Paulo/SP

Uma Igreja encarnada desce ao coração da humanidade à borda do mundo e, sobretudo, animada pela ação do Espírito, imprime à história um dinamismo de esperança e valorização de toda pessoa.

## I. MÍSTICA E ESPIRITUALIDADE

Não é possível fazer um levantamento exato e uma avaliação abrangendo todos os aspectos do tema, por duas razões. A primeira é que os Religiosos e Religiosas que assumiram a vida de trabalho aparecem pouco nos seminários e reuniões. O segundo motivo é a discrição deles, que procede da própria mística da inserção, que é: vida de Nazaré, escondimento, encarnação, o dia-a-dia do trabalhador. O assunto não é "manchete" de jornal, como não o é a vida de milhões de anônimos trabalhadores e donas-de-casa.

O Pe. Rogério I. de A. Cunha, SDB, expõe os fundamentos da teologia e da espiritualidade do trabalho em excelente artigo, publicado em CONVERGÊNCIA n. 240/91, pp. 113-128. Aqui queremos focalizar os pontos essenciais que motivam e alimentam a opção dos homens e mulheres que congregam sua vivência mais radical dos conselhos evangélicos na vida do trabalho (ver também "Trabalho, um caminho para Deus" — Secretariado da P.O., Col. "Mundo do Trabalho", Loyola).

### 1. "Eu vi... e ouvi..." (Ex 3,7)

Diante das atuais situações de injustiça organizada no campo da "escravidão do trabalho" há Religiosos e Religiosas que escolheram partilhar o dia-a-dia dos trabalhadores. Quais as motivações de semelhante opção?

A raiz desta opção está na tentativa de "ver melhor" e de partilhar. Está na percepção do questionamento angustiante que lhes exige solidariedade. A realidade fere, comove, inquieta. Como responder ao grito que brota da situação dura e injusta? A primeira moção é se empolgar nas lutas, nas organizações populares, sindicais e outras... Contudo, com o decorrer dos anos e com a ajuda da experiência, as pessoas se dão conta de que estes engajamentos não são razão suficiente para manter a luta a longo prazo. O sindicato, a luta cotidiana, as ideologias decepcionam e não enchem o coração. Sobrevém, então, o desânimo ou tentações diversas, particularmente a de partir para soluções que se afastam da perspectiva evangélica.

## 2. "Sim eu conheço seus sofrimentos... e desci para fazê-los subir" (Ex 3,8)

Propõe-se-nos logo a grande pergunta: "Fazer subir para onde? Neste mundo injusto, onde fazer reinar a justiça?" As mais nobres inspirações esbarram no muro dos mitos: de um lado o mito capitalista do lucro; do outro, o mito socialista da igualdade. Os dois traem suas próprias exigências, tanto humanas (morais) como espirituais. A própria cristandade é um mito: não foi ela que gerou a inquisição?

Apresenta-se-nos, então, o dilema seguinte:

— ou buscamos a sociedade humana, justa, dos servos de Deus, geradora de liberdade;

— ou aceitamos a sociedade dos poderosos deste mundo, geradora de servidão;

— ou somos escravos de homens onipotentes e fazemos um serviço, trabalho desumano que não expressa nossa identidade numa cultura, mas nossa alienação, por participarmos de uma cultura dominante e alienante;

— ou somos livres e prestamos um culto-serviço (trabalho) ao Senhor da vida e aos irmãos e, desta forma, tornamos nosso trabalho um serviço criador de humanidade fraterna, expressando uma cultura libertadora.

Evidentemente, queremos optar pela segunda alternativa, porquanto, como homens e mulheres, somos chamados a organizar, valorizar e continuar a obra de Deus (Gn 2). O trabalho humano é participação do trabalho de Deus.

No entanto, não há possibilidade de uma real alternativa, neste dilema, pois estamos no terreno da teoria. Na realidade, encontramo-nos mergulhados e mesmo afogados (submersos) nas conseqüências de um mundo "quebrado" pelo pecado, ao mesmo tempo em que alimentamos uma visão e trazemos a utopia de um mundo harmonioso.

Não há, pois, alternativa ao dilema. É preciso assumir e viver a vida de trabalho num mundo injusto, para testemunhar o amor de Deus a seus preferidos, os escravos de hoje, os pobres, os trabalhadores.

Os religiosos que se inserem no mundo do trabalho não o fazem unicamente por motivos sociais. Esta é uma fácil alegação dos chefes e patrões que poderia justificar acusações e perseguições. Para conseguir a desejada reforma social, existem partidos que pressionam as estruturas. Engajar-se na vida de trabalho é vida de Nazaré, é experiência profética numa visão escatológica (ver o caderno n. 7 da CRB). Não se quer com isto dizer que a inserção não seja uma opção política. Ela o é. Viver numa favela é um ato político como conseqüência, pois que sua motivação primeira é religiosa.

## 3. Comunidade de destino

Quem assume a dinâmica da inserção no mundo do trabalho vive a grande força salvífica que é manifestar o Amor. Aqui, não entram critérios de eficácia diretamente constatável. É um mistério de fé que reflete e atualiza a encarnação libertadora de Jesus Cristo.

A mística da Opção Preferencial pelos Pobres deve recuperar a dimensão plena de solidariedade, diz o presidente da CNBB. Esta é a convicção de muitos de nossos irmãos e irmãs religiosos que aceitam sofrer na própria carne a exploração injusta, a perda do emprego, o prejuízo na saúde e outros males, permanecendo, porém, unidos aos homens e mulheres trabalhadores, partilhando de sua cotidiana exploração, ficando ligados sobretudo aos mais pobres, àqueles que a vida não poupou, numa autêntica *comunidade de destino*.

Quando nos pomos diante das "atividades pastorais" e também de seus resultados e observamos aquele que vive o dia-a-dia na monotonia do "bater-o-cartão", vem-nos a tentação de perguntar: "Onde está a eficácia da inserção?" — "Está na loucura da cruz", é a resposta, "na loucura do Filho do Homem pregado na cruz". É necessário viver e aprofundar o que São Paulo sintetiza na Carta aos Coríntios: "Embora vivendo na carne, não combatemos com as armas da carne. As armas de nossa luta não são carnais, mas aos olhos de Deus elas têm o poder de destruir fortificações..." (2Cor 10, 3-4). "Por conseguinte, com todo o ânimo, prefiro gloriar-me nas minhas fraquezas, nas injúrias, nas perseguições, nas angústias, por amor de Cristo. Pois, quando sou fraco, então é que sou forte" (2Cor 12, 9-10).

Viver em solidariedade de destino com os trabalhadores, os pobres, os rejeitados deste mundo não é masoquismo: é abertura, desabrochamento do amor cristão que se expressa nas suas quatro dimensões:

LARGURA — abraça todos os homens sem exclusão: a luta de classes, enquanto tal, não pode ser o motor da construção da sociedade;

COMPRIMENTO — o amor tem suas raízes no amor da Trindade, manifestado em toda história da salvação;

ALTURA — a finalidade de toda ação e engajamento é o ingresso da humanidade no mistério da Trindade;

PROFUNDIDADE — descida, abaixamento, "*kenose*" do Servo sofredor, meio necessário para alcançar a plenitude da Ressurreição.

Sofrendo as "dores do parto", o cristão vive já a novidade da ressurreição. Esta novidade é a razão de sua esperança na luta. O religioso, a religiosa que vive intensamente isso sabe que a semente da Vida Nova foi implantada como um fermento na massa do mundo, pelo poder na Morte e Ressurreição do Cristo, Senhor da História.

Seja qual for seu engajamento, ele vive no seio de uma comunidade eclesial, a experiência do Ressuscitado e ali recebe a força do Espírito. Então não se escandaliza com as dificuldades e contradições e seus gestos se transformam em sinais proféticos.

"Uma Igreja encarnada não é só uma Igreja que, pela inserção, desce ao coração da humanidade à borda do mundo; mas é uma Igreja que, animada pela ação do Espírito, imprime à História um dinamismo de esperança e de valorização de toda pessoa" (D. Luciano M. de Almeida).

## II. PRESENÇA COMO MISSÃO DE IGREJA

### 1. Presença

Pela presença efetiva na realidade do TRABALHO PROFISSIONAL, a (o) religiosa (o) experimenta "o que o trabalhador experimenta, entende melhor a vida do trabalhador e o sistema de exploração, e testemunha desta experiência na própria comunidade, na congregação e na Igreja".

É uma presença de solidariedade, expressão da Encarnação e sinal da atenção da Igreja aos trabalhadores. Com esta presença, o trabalhador se sente valorizado, dignificado pelo amor efetivo da Igreja. Vivemos esta experiência enquanto descoberta do amor de Deus aos empobrecidos através duma atitude de escuta e atenção à palavra e à vida das pessoas com as quais trabalhamos.

De nossa experiência de vida e de nossa reflexão, consideramos *destaques*:

a) A questão da MULHER. Hoje, as trabalhadoras têm mais consciência de que são discriminadas e exploradas. Pelo auto-

conhecimento e pela autovalorização, as mulheres estão acordando para a luta pelos seus direitos, entre os quais o direito à participação. Basta ver como as mulheres são presença marcante no Movimento Popular, nos sindicatos, em comissões, em associações e nas Igrejas. As mulheres aparecem em defesa da vida frágil, ameaçada. Sua visão abrange o "nós", o comunitário, o coletivo. A mulher personifica a resistência. Do cotidiano ela extrai sabedoria. Sua luta pela libertação está ligada à transformação da sociedade e das classes oprimidas, empobrecidas. A experiência de Deus da mulher trabalhadora se concretiza nas lutas do dia-a-dia. Sendo nosso grupo constituído no momento de mulheres, muitas reflexões sobre esta questão vêm sendo feitas em nossas comunidades religiosas nestes últimos anos, sustentando nossa caminhada.

b) A JUVENTUDE. As (os) jovens têm um NOVO OLHAR sobre a vida, sobre a história. Ela quer uma NOVA TERRA (movimento ecológico), socialista, com uma nova mulher e um novo homem, com novas relações, com justiça, alegria, prazer. Uma sociedade justa e solidária, sem classes, onde todos possam ser felizes. A Juventude nos lança o desafio deste Novo Olhar, deste Sonho.

c) A FORMAÇÃO à VR LIGADA à QUESTÃO DO TRABALHO. Formação inicial especialmente, mas também a Formação contínua. Formação que deve assumir a realidade de luta e de conflito que marca a história das (dos) jovens que vêm para a VR, nas suas famílias e comunidades de origem, na sociedade. Formação com fundamentação bíblico-teológica séria, respeitosa, levando em conta as experiências e vivências que os jovens trazem.

d) A importância do LADO ECONÔMICO, indispensável à sobrevivência. A maior preocupação dos trabalhadores continua sendo o salário, o custo de vida, as dificuldades por falta de dinheiro e o desemprego.

e) A SOLIDARIEDADE. Tentamos viver profunda e verdadeiramente nossa inserção no mundo do trabalho apesar de nossas fraquezas e nossos limites. Reconhecemos que tudo recebemos uns dos outros. E para nós, muitíssimas vezes, são os VALORES que encontramos na vida do povo trabalhador que nos desafiam à CONVERSÃO.

## 2. Desafio

Tanto as relações vividas na empresa como a escuta aos trabalhadores nas demais formas de inserção da VR nos fazem entender o trabalho como LUGAR de CONFLITO. É o que também nos apresenta SANTO DOMINGO, pois destaca, por um lado:

"a sua significação humanizadora e salvífica, que tem origem na vocação co-criadora do homem como "imagem de Deus" (Gn 1, 26) e que foi resgatado e elevado por Jesus, trabalhador e "filho de carpinteiro" (Mt 13,55) (Santo Domingo, n. 182). E, por outro lado, a realidade objetiva, desafiadora, marcada por: "uma deterioração em suas condições de vida e no respeito a seus direitos; uma perda de autonomia por parte das organizações de trabalhadores; abuso do capital, que desconhece ou nega a primazia do trabalho; a alarmante falta de trabalho ou desemprego" (Santo Domingo n. 183).

A presença das (dos) religiosas (os) na realidade do Trabalho, que é a "chave da questão social", constitui um desafio para o conjunto da VR, cuja Missão é tornar "presente em todas as situações, até as mais difíceis, a força do Evangelho" (Santo Domingo n. 85).

De nossa parte, enquanto religiosas (os) no mundo do trabalho, experimentamos este conflito, fazendo aprendizagem ao nos

perguntarmos como administrá-lo no nosso cotidiano. Perguntamos: como religiosas (os) no mundo do trabalho, assumimos com seriedade nossa condição de presença evangelizadora, sendo "sinal de contradição", ou somos simples profissionais acomodadas (os)? Os confrontos nos locais de trabalho não são sinais que nos deveriam levar até o ponto de questionar a administração de nossas instituições religiosas? São elas conforme o Evangelho de Justiça e Solidariedade? Não é esta uma questão de coerência e opção?

## 3. O que sustenta nossa caminhada

Temos partilhado nestes anos as convicções que nos animam, os referenciais privilegiados que marcam nossas vidas e nossa espiritualidade. O nosso Deus se compromete na história, e permanece na nossa história até a Ressurreição final. Viver a realidade do trabalho na dinâmica da Encarnação é descobrir os *sinais* da presença do Senhor nas situações cotidianas. É experienciar o trabalho como LUGAR de ENCONTRO, de ACOLHIMENTO, de DESCOBERTAS, de CONTEMPLAÇÃO dos SINAIS de VIDA, mais fortes do que todos os sinais de morte: a exploração, a negação do homem, o desprezo de sua dignidade, o desconhecimento de sua CIDADANIA.

E é Deus que está se encontrando com o trabalhador que o está chamando (através das pessoas, acontecimentos, organizações) para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Esta construção, este nascimento se vive em "dores de parto" nas lutas cotidianas. "As idéias, por si mesmas, não mudam a realidade concreta, nem a história se faz por si mesma. A história é conservada, reformada ou transformada, na medida em que existam atores sociais empenhados nela como militantes e lutadores numa outra direção. Daí serem importantes as místicas que galvanizam os movimentos sociais. A militância, fruto da paixão e da mística, ganha força quando feita em contato direto com as vítimas das violações dos direitos fundamentais. Deus tem sentido quando é o Deus de todos estes, o Deus do grito, da ternura dos injustiçados, da vida nova. A mística é, pois, o motor de todo o compromisso" (L. Boff).

Daí, algumas perspectivas:

a) *Contemplar este Deus da vida na história* concreta que assumiu em Jesus de Nazaré, em sua condição de SERVO. "Tenham em vocês os mesmos sentimentos que havia em Jesus Cristo... ele tinha a condição divina, mas não se apegou à sua igualdade com Deus. Pelo contrário, esvaziou-se a si mesmo, assumindo a condição de servo e tornando-se semelhante aos homens, apresentando-se como simples homem, humilhou-se e foi obediente até a morte de cruz" (Fil 2).

b) *Contemplar este Deus da vida nas realidades vividas com os trabalhadores.* A história do povo trabalhador é um lugar privilegiado: não há outro lugar para se encontrar a Deus, senão através dos ROSTOS dos empobrecidos, que nos revelam o ROSTO de Deus. O trabalho é lugar da emergência de Deus, da revelação, do "kairós". Apesar de uma vida tão dura, encontramos pessoas de uma alegria e uma coragem inquebrantáveis. São testemunhos que fortalecem nossa resistência, alimentam nossa esperança e acendem nossos sonhos.

Contemplar supõe uma vida de oração. Orar sem cessar, seja no cotidiano da vida, seja nos momentos específicos, pessoais e comunitários. É a oração que brota livremente dos fatos da vida. Oração comprometida, que exige forte ESPIRITUALIDADE numa atitude de REVISÃO DE VIDA.

c) *Testemunhar esta vida na Igreja.* A contemplação do Deus da vida na pessoa

de Jesus e na história dos trabalhadores nos conduz a:

— Uma *opção de inserção* junto com os homens que não têm valor aos olhos dos homens, mas preço aos olhos de Deus.

— Uma *opção de proximidade* para ouvir o povo marginalizado.

— Uma *mística de solidariedade*, com nossos limites e fraquezas.

— Uma *paixão pela justiça de Deus.* Em comunidade, em congregação, conforme o seu carisma específico, em comunidades eclesiais, refletir como ver este aspecto de justiça. Qual é o compromisso mais adequado às circunstâncias atuais, para participar da busca de libertação da classe trabalhadora? Isso pode levar às vezes a deixar uma forma de presença na realidade do trabalho para um serviço mais urgente da classe trabalhadora.

— *Uma mística de resistência.* Atravessando as mesmas dificuldades, desesperanças, experimentamos fé e esperança para lutar apesar de tudo, não cruzar os braços, mas enfrentar as situações de morte e descobrir nelas a presença de Deus.

## QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL DO TEXTO OU O DEBATE EM COMUNIDADE.

1. Diante das atuais situações de injustiça organizada no campo da "escravidão do trabalho" há religiosos e religiosas que escolheram partilhar o dia-a-dia dos trabalhadores. Já que todos, na vida religiosa, sempre dizemos que trabalhamos, onde estaria a diferença com este tipo de inserção?

2. Para conseguir a desejada reforma social existem meios mais eficazes que a inserção no mundo do trabalho. Quem assume a dinâmica da inserção no mundo do trabalho vive a grande força salvífica que é manifestar o Amor num segmento específico da realidade numa autêntica comunidade de *destino*. Que compreensão você e sua comunidade têm desta forma de inserção e do próprio mundo do trabalho onde vocês se situam?

3. A utopia de uma sociedade igualitária está presente no discurso de muitos grupos de inserção. Você concorda que esta seja uma meta verdadeiramente evangélica?

# VIDA RELIGIOSA INSERIDA NO MUNDO DO TRABALHO: UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE

Pe. Spencer Custódio Filho, SJ
Rio de Janeiro/RJ

Não é o mundo do trabalho que chama o(a) Religioso(a), mas é uma determinada experiência de Deus que o torna sensível carismaticamente ao mundo do trabalho. Sem esta experiência fundante, o(a) Religioso(a) se incompatibiliza com o próprio da Vida Religiosa.

"A Igreja está convencida de que o trabalho constitui uma dimensão fundamental da existência do homem na terra", nos diz a encíclica "Laborens Exercens" em seu n. 4. Todos, de uma ou outra maneira, temos experiência do trabalho, o que nos pede participação do corpo e do espírito, supõe esforço e traz cansaço e fadiga. Gera bens, mas exige pagar um preço para alguns particularmente pesado. Daí resulta uma realidade ambígua.

Na perspectiva da revelação bíblica, o ser humano trabalha, se realiza, e se alarga o processo de criação divina. Os salmistas, Isaías e Jeremias e os escritos sapienciais entendem o trabalho divino da criação como um "fazer histórico", mais do que simplesmente criar a natureza, ao qual o ser humano é associado num chamado de liberdade. Por isto mesmo a reflexão cristã sobre o trabalho leva mais em consideração as relações que ele produz e a natureza das mesmas, implicando muitas pessoas, do que os objetos e serviços resultantes.

Pertencendo à condição humana, o trabalho faz parte também da experiência da vida religiosa. A primeira opção ocupacional dos religiosos tanto no Oriente como no Ocidente foi o trabalho manual. É de todos conhecida a prática de Santo Antão fazendo seus cestos de vime que semestralmente ia vender nos mercados de Alexandria, e com o resultado alimentava-se e fazia suas esmolas. Mais tarde, para São Bento, só se pode chamar alguém de monge se vive do trabalho de suas mãos: ora et labora! *Com* o trabalho cada um se realizava pessoalmente e *pelo* trabalho de seus membros a comunidade religiosa oferecia seu melhor testemunho. Posteriormente outras atividades serão incorporadas e entendidas como trabalho, particularmente aquelas de ordem intelectual como o estudo e a investigação. Pouco a pouco adquire identidade laboral também a atividade apostólica: pregação, missões, retiros. No século XVIII e, principalmente, século XIX, surgem congregações com serviços bem determinados cuidando de enfermos, educação etc. Vários institutos religiosos nas-

cem *para* atender trabalhadores, para dedicar-se privilegiadamente à classe operária e sua formação educacional e técnica; outros institutos passam a trabalhar pastoralmente *com* os trabalhadores e se situam, por vocação ou opção de inserção, nos lugares onde moram os operários e os mais pobres; e um pequeno número de religiosos e religiosas se fizeram operários e operárias e vivem *como* tais. Igualmente são poucos os carismas religiosos que se encarnam na condição do trabalhador, que buscam uma forma de vida que integre vida operária e votos, vida comunitária e ritmo de oração de religioso/a. Isto talvez explique a situação que vivemos nos últimos anos no Brasil em que, diante da tomada de consciência da difícil situação vigente no mundo operário, um número significativo de religiosos e, principalmente, religiosas já inseridos/as nos meios populares deslocou para uma inserção mais específica no mundo do trabalho.

A atual presença de religiosos/as no mundo do trabalho tem levantado uma série de questões de diferente natureza. Não estariam os religiosos e religiosas mais uma vez "invadindo seara alheia" (a dos leigos)? A busca da subsistência não estaria sendo teologicamente justificada pela inserção no mundo do trabalho? Qualquer trabalho é justificável na vida religiosa? E muitas outras.

Gostaríamos de fazer três propostas como contribuição ao debate e à reflexão do tema: a) pode ajudar muito separar metodologicamente a questão da subsistência e manutenção econômica pessoal e grupal daquela da inserção no mundo do trabalho, ao menos em um primeiro momento; b) a inserção no mundo do trabalho não deveria ser questão de opção pessoal e interesse de indivíduos determinados, mas ser orientada, antes de tudo, por uma escolha à luz da missão comum da Vida Religiosa e do carisma congregacional; c) no caso da inserção no mundo do trabalho, será preciso cuidadoso discernimento para perceber os grupos mais necessitados do serviço da articulação para o protagonismo movido pelo amor ao Pai e aos mais pequenos próprio da Vida Religiosa, numa dada realidade.

## a) A questão da subsistência na vida religiosa

A presença da vida religiosa na produção de serviços (saúde, educação etc.) exercidos através da ação pessoal e também das instituições fez com freqüência que o religioso/a se convertesse em empregador/patrão. Empregador de quem trabalha em suas "obras" e também daquelas pessoas que realizam os trabalhos domésticos em suas casas. Isto afastou muitos de nós de uma experiência realista laboral. Encontramo-nos, entretanto, em um momento histórico em que as mudanças no modo e na maneira de trabalhar estão sendo radicais, afetando também a Vida Religiosa. Anteriormente, quando o religioso/a terminava sua formação, sabia o seu destino: trabalhar a tempo completo em uma obra da Congregação e fazê-lo da melhor forma possível. Hoje, muitos não trabalham em centros próprios; por vezes estão em funções do Estado e se ocupam das atividades mais diversas.

O fenômeno que acelerou o processo foi, sem dúvida, a experiência da opção preferencial pelos pobres que levou a Vida Religiosa, de modo especial em sua forma feminina, a deslocar-se para o mundo dos mais pobres. Em um primeiro momento muitas dessas comunidades foram mantidas pelas obras tradicionais de seus grupos ou pelos respectivos governos. Certa polarização do tipo "inseridos X não inseridos" foi gerando um relacionamento crítico que criou para essas comunidades inseridas a urgência de se auto-sustentarem. Vários tipos de solução foram buscados,

sendo um dos mais comuns receber salário a partir de trabalhos de natureza paroquial. Como as respostas ao "Lineamenta" preparatório ao próximo Sínodo demonstram, este caminho revelou-se extremamente prejudicial: novos conflitos dentro da estrutura diocesana e em especial com os párocos, sentindo-se mão-de-obra barata e explorada; absorção em atividades pastorais que não são próprias da vida religiosa; envolvimento em lutas por espaços de poder. Na vida religiosa masculina, na medida em que o sustento básico vem do altar ou do exercício do ministério paroquial, percebe-se uma tendência acentuada de um modo de proceder próprio da vida diocesana, perdendo-se as características carismáticas da vida religiosa.

Outros religiosos e religiosas, entretanto, foram buscar seu sustento através de um exercício profissional, quer através de atividade para a qual já possuíam qualificação específica antes de entrar para a vida religiosa, quer por qualificação recebida na congregação. Aí igualmente são muitos os problemas resultantes. Um bom número buscou no trabalho junto ao Estado, em especial nas áreas de educação e saúde, a segurança de um emprego estável. Muitos superiores maiores passaram então a administrar transferências que fossem compatíveis com licenças, com tempos de aposentadoria etc. A obediência à missão transformou-se em obediência à profissão. De forma bastante ambígua tentou-se e ainda se tenta justificar a situação dando ao exercício de qualquer profissão o caráter de "ação apostólica". Esquece-se, muito convenientemente, de perguntar se a ação apostólica resultante é própria de religiosos em sua especificidade e, mais fortemente, se é compatível com o carisma da congregação a que pertença o religioso/a profissional.

Sob o ponto de vista do auto-sustento é evidente que, cada vez mais, a vida religiosa deverá depender do "trabalho de suas mãos". Não podemos, entretanto, comprometer-nos com qualquer tipo de exercício profissional. Alguns critérios poderiam ajudar nessa escolha: a) que seja um exercício profissional o mais próximo possível do serviço missionário que o indivíduo e seu grupo sejam chamados a prestar numa dada realidade; b) quando isso não for possível, que o exercício profissional ocupe um espaço de tempo que não conflite com o serviço missionário prioritário; c) o fato de um religioso/a ter uma preparação profissional determinada não implica necessariamente que ela será exercida, condicionada que fica pelo serviço da missão; d) por causa do voto de pobreza, o auto-sustento buscará o exercício profissional que mais nos aproxime realisticamente do mundo dos oprimidos onde se situa a comunidade religiosa concreta, donde resultarão ganhos financeiros menores do que a própria capacidade poderia gerar.

Percebe-se na seqüência deste pensar que a vida religiosa é chamada prioritariamente, mas não exclusivamente, é claro, a buscar o seu sustento na chamada "economia informal", onde aliás vive a maioria da população brasileira. É uma economia baseada na prestação de serviços, produção de bens em pequena escala, participação em redes de distribuição. Infelizmente a natureza pequeno-burguesa de nossas estruturas, mesmo quando os religiosos sejam originários de ambientes sociais mais simples, nos leva à busca de situações estáveis, tais como emprego na economia formal, e, melhor ainda, na estrutura do Estado. Percebe-se isso em muitos grupos onde a preparação profissional é afunilada na direção da universidade. Com isso encontram-se depois muitos "inseridos/as" que apenas vão para suas comunidades para o repouso da noite... Da mesma maneira, o processo formativo é chamado, desde o seu início, a preparar o formando/a para a participação neste mundo da economia informal tornando comum

aquilo que nas ordens de tipo clerical é reservado para a formação dos irmãos leigos. Para isso é importante que se considere o trabalho como parte essencial da formação e uma chave insubstituível da formação humana e religiosa; que se forme para viver do próprio trabalho, vivendo já dele, se possível, no tempo da formação; que não se esqueça de que Jesus fez sua preparação para a missão dedicando-se ao trabalho manual; que a prática do trabalho doméstico, fabril, agrícola e de outro tipo é bom caminho de participação social; que trabalhando se aprende a querer bem àqueles que trabalham; que se realizem todos os trabalhos domésticos sem ter empregados; que se eduque na valorização do trabalho como meio de exigência e de desenvolvimento pessoal.

## b) Carisma e inserção no mundo do trabalho

Embora toda vida religiosa seja chamada a buscar sua subsistência através do trabalho, é evidente que nem toda vida religiosa implica um engajamento missionário no mundo do trabalho. Aqui estamos na fronteira dos carismas pessoais e congregacionais.

O trabalho para produzir os recursos de manutenção e desenvolvimento de um grupo religioso é cada vez mais uma necessidade objetiva. Nem sempre, entretanto, ele concretizará a missão própria da vida religiosa. Enquanto tal, a vida religiosa dirige-se à articulação do protagonismo cristão na linha da filiação e da fraternidade junto àqueles que mais estejam privados destas experiências cristãs fundantes (o deserto ou fronteira), para isto tudo arriscando (votos) no seguimento de Jesus. Este objetivo da missão da vida religiosa torna-se, assim, um parâmetro na escolha do trabalho do religioso/a, quer individual, quer grupalmente. Exercícios profissionais que impedissem a concretização de alguma destas características da vida religiosa seriam incompatíveis com nosso estilo de vida. Assim, por exemplo, uma ocupação que nos tornasse irremovíveis de um dado lugar por vínculo contratual ou até mesmo pela simples necessidade de uma aposentadoria iminente ou não. O voto de obediência reflete-se, desta forma, também na escolha do trabalho, sendo discernido entre superior e súdito para que a missão não seja prejudicada. No processo formativo será importante que a busca de uma ocupação profissional tenha presente, desde o início, a compatibilização das possibilidades pessoais do indivíduo e o estilo de vida religiosa a que ele/ela se preparam para dar sua adesão. Por isto mesmo haverá uma natural diversidade de opções.

Uma segunda compatibilidade a ser intensamente buscada está entre o trabalho assumido e o carisma próprio da congregação. Todo carisma implica diaconias determinadas que poderão se concretizar melhor através de determinadas profissionalizações. É natural, por exemplo, que um camiliano dirija suas opções no campo do trabalho para a área da saúde. Daqui se percebe que a escolha não é matéria individual e de foro íntimo, mas, ao contrário, exige discernimento e confronto à luz da experiência carismática do grupo, tal como percebida nas realidades locais onde se situam as comunidades concretas. Por isto mesmo, um candidato à vida religiosa que já tivesse uma profissão muito possivelmente poderia ter de alterar o seu rumo profissional por causa da missão religiosa segundo seu carisma congregacional. A "itinerância" própria da vida religiosa, aliada à pobreza, poderá exigir até mesmo este abandono por causa do Reino e de sua justiça...

## c) Mundo do trabalho e opção pelos mais necessitados

O referencial da inserção da vida religiosa no mundo do trabalho é a necessida-

de do povo de Deus mais sofrido. Não podemos nos comprometer com qualquer tipo de atividade profissional, mas com aquelas que nos aproximam do serviço mais urgente e do amor mais difícil de ser suprido. Não nos corresponde vincular-nos a uma profissão tendo em vista a construção cristã do mundo — como é próprio da atividade leiga —, mas *para tornar possível que participem dessa construção aqueles que são mais atingidos e marginalizados nessa sua capacidade*. A vida religiosa deve redescobrir, por uma análise original do mundo em que nos encontramos, quais são os pontos vitais onde se exigem seus serviços de amor através de uma inserção profissional.

Esta inserção, segundo a prática observável no momento histórico que vivemos, parece desenvolver-se segundo três dimensões, isoladas ou vividas de forma intercomplementar:

1) *Dimensão econômica* — pelo envolvimento em iniciativas de assistência (p. ex. religiosos/as profissionais da saúde atendendo áreas carentes), nos grupos de produção (comitês de fábrica, p. ex.), nas cooperativas de produção e comercialização, nas iniciativas para conquistar terra, casa, justiça (nesta linha a interessante participação de religiosos/as advogados em lutas populares). Trata-se de oferecer ou conquistar ou produzir juntos bens econômicos que possam melhorar as condições de vida dos setores marginalizados. É uma orientação tradicional das entidades de ajuda e, em particular, das Igrejas. Hoje, está sendo desenvolvida também pelos meios mais politizados. Por um lado, por razão da urgência da situação; por outro, pela orientação de diferentes segmentos organizados da sociedade, como as chamadas organizações não-governamentais (assim, a atual campanha contra a fome e pela cidadania). Foi bem significativo, por exemplo, constatar na última assembléia nacional da Comissão Pastoral da Terra a importância acentuada que assumiram os projetos econômicos alternativos para os lavradores poderem sobreviver na terra.

2) *Dimensão política* — podemos colocar aqui todas aquelas iniciativas que privilegiam a articulação e organização mais permanente e global dos grupos, das diferentes categorias, dos setores da sociedade, com um objetivo explicitamente político. Assim, muitos religiosos/as têm utilizado a inserção no mundo do trabalho para a articulação sindical de grupos de trabalhadores, processos reinvidicativos e, até mesmo, reforço na participação política em torno de determinado partido que é apresentado como lugar de realização das esperanças dos trabalhadores. Entram nesta perspectiva novas formas de organização popular, associações, movimentos reivindicatórios, sindicatos, partidos, centrais... São iniciativas que favorecem a institucionalização (objetivo, programa, normas de pertença, quadros...) para ter mais continuidade e poder e que pensam o problema mais global da mudança da sociedade.

3) *Dimensão da presença* — trata-se de um deslocamento pessoal e comunitário, através de uma participação quanto possível semelhante, nas condições de trabalho dos setores da população mais excluídos (população de rua, por exemplo), mas também em determinados âmbitos culturais (índios, negros, mulheres) ou sociopolíticos (o âmbito das cidadanias), para viver o cotidiano destes setores, reconhecer sua situação, manifestar uma presença de solidariedade na partilha das mesmas condições de vida, acompanhar suas iniciativas e, com isso, favorecer um crescimento de consciência e poder. Não se trata tanto de dar alguma coisa ou de favorecer organizações, mas de permitir, com a própria presença e confiando na potencialidade de protagonismo do povo mais humilde, ser catalisador de iniciativas assumidas pelos

interessados conforme suas possibilidades e, sobretudo, respeitando sua autonomia. Típico desse acompanhamento parece ser a integração da noção de OUTRO, quer dizer, o respeito à autonomia e criatividade dos outros em seus empreendimentos econômicos, políticos e socioculturais. Essa alteridade, dentro da vida religiosa atual, está polarizada fortemente na noção de *inculturação*.

Cada uma destas opções apresenta vantagens e limites. Na *orientação econômica* há, certamente, uma eficácia imediata muito grande. Habitualmente, entretanto, estas iniciativas representam uma solução para um grupo limitado e tornam mais difícil a solidariedade de classe. Observável, por exemplo, como certos grupos de trabalhadores já articulados, e por isso detentores de poder, pouco se preocupam com a grande massa trabalhadora. A dificuldade aqui está em se superestimar a eficácia estritamente material e não refletir melhor sobre o problema da dependência e das relações sociais que envolvem outro tipo de eficácia. Da mesma forma, na *dimensão política* percebe-se muita coisa nova no Brasil de hoje em termos de nova consciência, novas relações mais igualitárias, maior representatividade, novas metodologias participativas. Criam-se novas estruturas e renovam-se as antigas. Por outro lado, este "novo" com freqüência reproduz o mesmo tipo de poder: burocrático, elitista, hierárquico, estruturado, centralizado. Há dificuldade em respeitar e incentivar outros poderes que aparecem na cena política: das mulheres, de grupos raciais, de minorias culturais etc. Não se percebe que o que é atomizado e fragmentário, quanto mais participativo e ligado aos interesses dos grupos populares, pode representar mais força que fraqueza. Parece ser uma contribuição da modernidade a organização por "redes" em microestruturas, sem a necessidade de se formarem imediatas coordenações ou secretariados nacionais... Finalmente, a *dimensão de presença* é questionada por muitos justamente por não apresentar eficácia histórica, sendo assim pouco valorizada. Fica-se no plano do subjetivo... É fato concreto, entretanto, que a história recente dos movimentos sociais no Brasil revela que muitos espaços e categorias vieram a ocupar o palco dos atores históricos a partir de presenças mais gratuitas (crianças de rua, aposentados...). Através da presença menos orientada para determinadas ações eficazes é que podemos favorecer novos tipos de sociabilidade que integram melhor o econômico-político com o cultural, tradições com novidades, espaços e tempos. Na medida em que existe certa gratuidade, esta pode favorecer a percepção dessa solidariedade e dessa confiança por parte dos "excluídos" e desencadear neles novas forças e novas atividades. Acima de tudo, temos neste quadro o desafio difícil e complexo de articular experiências específicas e localizadas com visões e projetos mais globais.

Parece-me que, do ponto de vista da vida religiosa, a inserção no mundo do trabalho, segundo qualquer destas três dimensões acima apontadas, estaria marcada antes de tudo pelo quadro amplo da experiência espiritual onde esta inserção se inscreve. Não é o mundo do trabalho que "chama" o religioso/a, mas é uma dada experiência de Deus que torna o religioso/a sensível carismaticamente ao mundo do trabalho. Sem que exista esta experiência fundante da missão apostólica, corre-se o risco de um subjetivismo e autodestinação incompatível com o próprio da vida religiosa.

Da mesma forma, o objetivo desta inserção não é simplesmente provocar o protagonismo para mudanças sociais, o que reduziria a missão religiosa ao nível político ou social, que são válidos evidentemente, mas não é necessário que se seja religioso/a para provocá-lo ou nele atuar.

Enquanto religiosos/as em missão, a inserção no mundo do trabalho objetiva, em primeiro lugar, ser *memória* para cristãos trabalhadores que "esqueceram" seu engajamento solidário no real do trabalho por, talvez, se ter amortecido sua experiência de chamamento à construção do Reino. Esta articulação supõe um olhar do religioso/a que se insere para perceber mais sinais do Reino que já estão presentes na realidade de trabalho à qual se dirige. Estes sinais indicarão aqueles/as mais ou menos conscientes de que têm o Pai de Jesus Cristo como referencial de vida e história. No vasto mundo do trabalho, diferentes carismas de vida religiosa reconhecerão um lugar próprio, através de discernimento, em que parte de suas forças poderão ser envolvidas. A escolha da profissão no processo formativo, portanto, conciliará aptidões pessoais e a exigência que promane daquele segmento do povo trabalhador a quem se dirige o serviço prestado, a diaconia específica da congregação. Nada impedirá, portanto, que no transcorrer de sua vida um religioso/a seja levado a buscar uma nova profissão, qualificar-se para ela, para que melhor possa inserir-se no mundo do trabalho de um grupo que se torne missionariamente prioritário. Da mesma forma, não terá sentido que permaneça, como indivíduo ou como comunidade, naquelas áreas profissionais onde a "memória" já não se faz mais necessária, já que os seus protagonistas naturais (re-)assumiram o papel cristão que lhes cabe.

Gostaria de repetir, como já foi afirmado no início, que estas reflexões são apenas uma contribuição, uma provocação ao debate. O autor não está envolvido diretamente numa inserção no mundo do trabalho, embora tenha a qualificação profissional de advogado. Tenho tido a feliz possibilidade de acompanhar inúmeros irmãos e irmãs de vida religiosa que pioneiramente desbravam mais esta possibilidade de inserção. Para que ela possa ser cada vez mais verdadeira e que não ocupe espaços que pertencem a outros grupos do Povo de Deus é que se dirige o presente texto.

# QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL DO TEXTO OU O DEBATE EM COMUNIDADE.

1. Pertencendo à condição humana, o trabalho forma parte também da experiência da vida religiosa. Olhando sua comunidade e sua própria vida, você poderá perceber que todos trabalham. Seria possível precisar se esses diferentes trabalhos fazem parte da subsistência e manutenção econômica do grupo ou correspondem a uma inserção no mundo do trabalho? Qualquer trabalho pode ser julgado "missionário"? Basta a intenção?

2. Exercícios profissionais que impedissem a realização de alguma das características da vida religiosa, e particularmente a dimensão missionária, seriam incompatíveis com nosso estilo de vida. Olhando sua congregação e engajamentos profissionais dos seus religiosos ou religiosas, quer dentro das obras ou casas da congregação, quer em atividades profissionais fora da mesma, o que você percebe que é compatível e o que não é compatível com a missão carismática de seu grupo?

3. O exercício profissional na vida religiosa parece ter como função principal, embora não seja única, tornar possível que participem da construção do reino aqueles/as que são mais atingidos e marginalizados nessa sua capacidade. Como se daria uma *formação* de religiosos/as nesta linha? Quais seriam suas prioridades e experiências fundamentais?

# ABORTO: UM DESAFIO AO COMPROMISSO COM A VIDA

Pe. Luís Gonzaga Scudeler, CSSR
São Paulo/SP

Qual é a concepção de vida humana elaborada pelo nosso grupo humano? Que significado a vida do nosso semelhante tem no conjunto das relações humanas na atualidade?

## INTRODUÇÃO

Cada vez mais somos levados a defrontar com a realidade do abortamento. Se não diretamente com alguém que aborta, ao menos com dados e informações que relatam uma elevada prática do aborto. Considerando aborto a ação de eliminar a vida de um ser que ainda não pode se manter fora do útero materno, é-nos dado perceber que se trata de uma prática que envolve ações pessoais determinadas(1), seja de quem quer ver-se livre de uma gravidez problemática ou indesejada, seja de quem se presta a ajudar a obter o resultado de eliminação do embaraço. Sendo, pois, uma ação de pessoas, ela envolve conceitos complexos como o de liberdade (até que ponto a pessoa que aborta age autonomamente?); o de vida humana (seria o feto desde a concepção um ser humano?); ou então, situações relacionais como a qualidade da prestação de serviço (se é feito por médico ou por curiosa), o pagamento exigido e a possível exploração econômica.

Deste modo, numa reflexão sobre o ajuizamento ético, não se pode considerar abstratamente a ação do aborto, por maior convicção que se tenha sobre o valor e a importância de toda vida humana, inclusive nos seus estágios mais primitivos. Por isso, pretendemos neste espaço focalizar a questão em três níveis. Falaremos do aborto tentando situá-lo em sua problemática social, ou seja, dos costumes. Faremos em seguida uma avaliação do que juridicamente seria desejável para a convivência humana, e o que se pode postular do legislador civil diante da problemática. Por fim, buscaremos ajuizar as razões éticas que são inerentes ao dom humano de poder transmitir vida a um outro ser.

## 1. O FENÔMENO SOCIAL DA PRÁTICA ABORTIVA

A incidência cada vez maior ou o número cada vez mais elevado da prática do aborto e a indiferença com que as notícias referentes a eles são recebidas revelam uma postura valorativa a respeito. Há, pode-se dizer, uma insensibilidade perante o que tal prática significa, ou seja, a eliminação de um ser vivente. Essa insensibilidade tem um contraponto, ou seja, a preocupação cada vez maior com as situações conflitivas: seja das gestações complicadas do ponto de vista genético, seja daquelas altamente complexas do ponto de vista psicológico.

Não nos parece necessário recorrer a dados estatísticos para situar o volume quantitativo da prática abortiva(2). Importa-nos aprofundar as razões sociais que obscurecem a apreciação do valor da vida humana em um determinado contexto social. Nós sabemos que o ser humano alimenta suas motivações profundas de viver e a apreciação pela vida do seu semelhante conforme as condições sociais e culturais em que ele está imerso.

A sociedade em que vivemos e a cultura que nos envolve são realidades promotoras de uma forma de valoração da vida humana. Real, sim, mas difícil de precisar ou conceituar. Qual é a concepção de vida humana elaborada pelo nosso grupo humano? Que significado a vida do nosso semelhante tem no conjunto das relações humanas na atualidade?

Certos fatos revelam uma crise quanto ao que se pode concretamente promover em termos de apreço real da vida. Diante de alguém que pode estar gestando um ser geneticamente imperfeito, sentimo-nos impotentes para dizer-lhe que tal vida deve ser acolhida porque a concepção de vida social e culturalmente estimulada é a vida autônoma, isto é, de um ser que reduza ao mínimo a dependência dos outros. Como acolher uma vida que exigirá uma dedicação total (em termos de assistência, cuidado, ajuda), quando, nas famílias, mãe e pai sofrem a pressão de ter de se dedicar ambos à busca dos recursos para a sua sobrevivência? Apesar de se ter testemunhos bastante edificadores de pais que reverteram suas expectativas de vida e lhe deram um outro sentido ao ter de se dedicar a uma criança deficiente, o fato maior é demonstrado por tantas instituições que acabam tendo de acolher tais crianças e passam grandes dificuldades quanto à carência de pessoas qualificadas e à insuficiência de recursos materiais. Como exigir de uma moça que se vê grávida e desamparada por seu companheiro, que dê continuidade à gestação, quando corre o risco real de perder o emprego, de ser estigmatizada como uma mulher de vida fácil? Ou então o risco de ter de afrontar todas as dificuldades (não só econômicas como também psicológicas) de educar uma criança sem contar com a mínima cooperação, mesmo religiosa, dos demais (muitos, insensíveis, dizem: "não batizo filho de mãe solteira!"). Como deixar de levar em consideração o trauma psicológico que uma mulher sente avolumar-se dentro de si quando se percebe grávida de uma violência sexual sofrida?

Será que certas soluções emergenciais (como dar a criança para ser adotada) ou certos juízos categóricos (como "cada um que arque com as responsabilidades de suas ações") fazem justiça à complexidade de fenômenos quando defrontamos com pessoas concretas, inseridas num contexto sociocultural onde as propostas de vida não são ideais mas imersas num claro-escuro de dificuldades e instrumentalização pouco condizentes com os profundos valores humanos?

Será que trazer tais dificuldades à reflexão sobre o aborto e tentar acolher a complexidade existencial da ação concreta são pura concessão ao indiferentismo, alheio ao valor da vida humana, e simples tentativa de obscurecer o valor moral antes que clarificar a responsabilidade ética?

Toda reflexão de um problema ético no concreto da vida tem por objetivo ser uma contribuição para a transformação dos costumes e dos comportamentos das pessoas(3). Para isso, é indispensável ter presente que as pessoas se movem num espaço social e cultural marcado por valores que fundamentam e justificam a vida social, por padrões de comportamento que estruturam o relacionamento social e por um conjunto de aspirações sociais que dinamizam a convivência social. Ora, como valores, comportamento e aspirações são realidades que não se estabelecem volun-

taristicamente, mas são frutos da inter-relação e da reciprocidade humanas, convém trabalhar com a hipótese de que, na convivência social pluralista, vivemos na diversidade e na diferenciação valorativas.

Isso quer dizer que, na convivência social, as pessoas não pensam monoliticamente nem se deixam pautar rigidamente por um padrão uniforme de comportamento nem esperam o mesmo da vida. Há concepções diferentes quanto ao valor da vida humana, o que impede uma exigência rígida quanto às atitudes desejáveis em relação a acolher a vida e ao modo de promovê-la.

## 2. A CONVIVÊNCIA NUMA SOCIEDADE PLURALISTA

O princípio que rege a convivência humana hoje é o pluralismo(5). Isso significa ter presente, na organização social, o fato de que as pessoas têm muito mais diferenças a serem harmonizadas do que semelhanças a serem exigidas. Ou, em outras palavras, o que nos une é o que nos faz diferentes e não o que nos pode uniformizar. Sendo assim, existem concepções religiosas, propostas de realizações humanas diferenciais e até conflituosas. Essa diversidade alimenta um caráter permissivo e requer uma configuração social tolerante.

Tendo isso presente, o desafio que encontramos no ajuizamento sobre o aborto é se, sobre uma questão tão profunda e séria da vida humana e de seu processo de transmissão, é possível e desejável uma organização social que contemple inclusive a possibilidade de alguém querer interromper o processo de gestação sem que seja penalizado por isso (despenalização). E, admitindo a possibilidade, se é desejável e oportuno que ela seja socialmente amparada na execução dessa decisão (legalização).

Quando falamos de valor da vida humana entramos num terreno valorativo que implica uma difícil relação entre o apreço que se dá à vida e o que essa vida traz de peso em si mesma. Se é verdade que toda convivência humana existe porque existem seres humanos abertos a essa inter-relação, é de se concluir que todo indivíduo com potencialidade de relacionamento humano será desejável para a manutenção e o desenvolvimento dessa convivência e daquilo que ela possibilita em termos de seu aperfeiçoamento. Isso que vale de modo geral, implica ter de obrigar a todos a acolher incondicionalmente todo e qualquer ser com tal potencialidade, independente das condições reais? É obrigação de todo ordenamento social estabelecer um limite a possíveis arbitrariedades dos indivíduos em sua capacidade de transmitir vida e em sua real situação de gestante? Ou o ordenamento social deve deixar um espaço de decisão à pessoa sem que isso implique uma penalidade ou mais profundamente um perigo de se ver em risco a própria continuação da convivência humana, essencial para o processo de humanização? Deixando espaço para a tomada de posição pessoal, teria a sociedade condições de motivar os indivíduos a continuar a transmitir vida a semelhantes para que não seja interrompido o processo de humanização?

Vemos que o valor antropológico da organização social e o correspondente ordenamento jurídico da convivência social humana requerem e impõem o desenvolvimento de uma racionalidade que, se ao mesmo tempo foge dos gostos pessoais, não tem condições mínimas de bem evoluir sem o engajamento pessoal e consciente dos indivíduos, seus membros. Do mesmo modo como é odiosa e contraproducente a imposição arbitrária de um padrão de comportamento uniformizado (por exemplo a ideologia que impõe o aborto para a purificação da raça, ou governos que multam os casais que extrapolam o

número limite de um filho), assim também parece à sensibilidade atual uma camisa-de-força um ordenamento jurídico que seja incapaz de levar em consideração fatos e situações particulares de membros do grupo social que se vêem na impossibilidade psicológica, social e econômica de prosseguir uma gestação.

É dentro dessa discussão que devemos nos situar quando defrontamos com o movimento social, em nossa sociedade, que busca legislar sobre o aborto de forma a não só despenalizá-lo (isto é, quem porventura praticasse o aborto não incorreria em crime) como legalizá-lo (isto é, a prática do aborto seria de certo modo custeada pelo Estado, pela Sociedade, aos que desejassem fazê-lo). Importa ter presente que, quanto à problemática do aborto, não é possível fazer com que todos pensem a partir do mesmo projeto valorativo da realidade humana, embora seja tentador fazê-lo. Importa, também, ter presente que a organização social trabalha a partir do mínimo possível e desejável para uma razoável convivência humana e não do máximo esperado e idealizado para a mesma convivência.

O que se espera do ordenamento jurídico civil, que visa à convivência humana, é que crie mecanismos que evitem a exploração das pessoas e que não ponha em risco suas vidas pelo custo social que isso representa. Jamais se poderá impor atitudes e comportamentos que firam suas mais profundas opções éticas, ou constranger seus membros a ir contra suas convicções religiosas. O institucional está em função das pessoas que, por sua vez, comprometidas com o social, buscarão propostas cada vez melhores para a convivência social. Tal exigência ética é que as torna insatisfeitas com a precariedade relacional na situação concreta de suas vidas, e inquietas para buscar as condições ideais de verdadeira humanização.

Falar de proposta ideal que a consciência humana projeta para si significa adentrar num outro nível de reflexão. É o que faremos a seguir.

## 3. A EXIGÊNCIA ÉTICA DA CONSCIÊNCIA HUMANA

Para muitos, o nosso raciocínio pode estar dando a impressão de que, no campo do aborto, pouco se pode amarrar. Devem estar pensando que, ao se ter concedido tanto, só nos resta capitular. Devo reconhecer que essa é uma grande tentação. Mas vejamos se é possível desfazer o emaranhado e projetar alguma luz à problemática.

Existiria alguma razão moral que implique uma atitude de acolhida de toda vida concebida pelo ser humano? Por mais conhecimentos que tenhamos do processo vital e da forma como se dá a transmissão da vida, sempre vamos defrontar com um limite: a vida concebida e o ser gestado são realidades que escapam ao próprio controle. Embora seja possível manipulá-los, eles se apresentam como fato. São frutos de ações humanas, que extrapolam, em sentido último, qualquer determinação voluntarista. O ser concebido em suas peculiaridades é fruto do acaso genético e biológico. Há tantos que desejam ser pai e mãe e não o podem, a sua natureza está bloqueada ou é deficiente quanto às condições necessárias. O conhecimento do processo generativo dá ao indivíduo humano condições de por meio de certos atos poder advir a concepção, mas sem a garantia de que ela ocorrerá com certeza. O mesmo conhecimento pode levá-lo a interferir no sentido de impedir ou dificultar a fecundação, mas não é ele que cria as condições biológicas de poder ou não ser fecundo.

Esse limite mostra-nos que no processo da vida há um fator de acaso que pede e requer uma atitude valorativa em termos

de gratuidade. A vida acontece, dadas certas circunstâncias, e nesse sentido é gratuita.

Do mesmo modo, ela revela-nos os limites humanos perante o mistério da vida. Eu posso eliminar uma vida e posso contribuir para que outras surjam, mas jamais posso restituir a vida de alguém ou fazê-lo renascer. Isso, que pode parecer óbvio, quer dizer que o existir de um ser foge do meu controle. E diante de uma vida só resta acolher ou rejeitar. Acolhendo, estão-se criando condições de ajuda ao seu desenvolver humano e, com isso, de o indivíduo se humanizar mais; rejeitando, está-se impedindo que essa vida desabroche e se desenvolva humanamente segundo suas potencialidades. Naquele caso, revela-se generosidade; neste, prepotência.

Ao lado dessas razões filosóficas, é preciso ter presentes outras exigências antropólogicas, pois o ato de valorar a vida não é fruto de um raciocínio frio. Ele implica um relacionar; é fruto de uma interação humana que depende de fatores internos e externos para um fecundo desabrochar. Não pode ser conseqüência de fatores meramente biológicos. E quando entramos no terreno das relações humanas, pisamos num terreno movediço. Muitas situações revelam obscurecimento do alcance e do sentido da vida no relacionar humano. Referimo-nos aqui mais especificamente à sexualidade humana. A atração dos sexos tem uma dimensão de glória e perdição, vida e morte, realização e exploração, cujo resultado é, muitas vezes, uma gravidez sem um mínimo de desejo. É de difícil humanização um ser gestado como resultado de um processo relacional em sua raiz comprometido. Isso prejudica seu evoluir humano. Sabe-se das influências que uma rejeição provoca no desenvolvimento psicológico de quem a sofre nos primeiros anos de sua vida.

Outro aspecto desafiador é a liberdade. Seu exercício, na questão abortiva, implica o ter conhecimento do relacionar-se como possibilidade de transmissão da vida, o saber ajuizar os próprios sentimentos como possibilidade de envolvimento construtivo e não destrutivo, o gerenciar as possibilidades reais de sustentação de um relacionamento fecundo. É preciso grandeza interior para não se pôr nem impor a outro o constrangimento de situações-limite aleatoriamente criadas. Isso se faz conservando a lucidez de quem não se refugia na ignorância ou inconseqüência dos próprios atos e decisões. Trata-se de um empenho moral em duas vertentes. Pessoalmente, no sentido de que cada qual deve desenvolver atitudes para arcar com as conseqüências do que faz, mesmo quando obscurecido por alguma paixão ou desvio. Socialmente, no sentido de criar condições para que as pessoas não sejam levadas compulsoriamente a situações de fato cujo retorno implica, sempre, ações de resultados mais graves, porque expressam maior desumanidade. No caso, a eliminação de um ser vivente, com possibilidade de se humanizar no grau que lhe é dado fazer pela gratuidade do dom recebido.

Temos aqui outro dado desafiador: o sentido do humano para toda vida humanamente gerada. É possível ver humanidade lá onde certas características humanas parecem atrofiadas e bastante limitadas? Sem dúvida, chegamos ao ponto central. Embora seja complicado acolher e ajudar a desenvolver um ser marcado por limites graves, de ordem física ou psicológica, é preciso recorrer ao sentido humano coletivo, para escapar da rigidez da concepção individual do humano. Se o processo de humanização é do conjunto humano, pois o indivíduo humano jamais atingirá o grau máximo de humanidade sozinho ou isolado, fica a possibilidade de ver nos seres menos humanos um alerta, ao menos em termos de desafio, a que se coloque o ideal de humanidade para além das contingências físicas e materiais dos seres humanos individuais.

Por outro lado, exige-se que não se apegue exageradamente ao aspecto físico e biológico da vida como limite valorativo, que serviria como barreira a toda e qualquer arbitrariedade de quem quer que seja. Pois vida humana e capacidade de transmiti-la estão muito além do fenômeno vitalista. Implicam aquelas condições reais de desenvolvimento humano, sem o que reduzimos tudo a mera convergência de fatores físicos e biológicos. Se é verdade que sem vida física e biológica não é possível chegar a valores realmente humanos (como conhecimento, liberdade, autonomia, decisão, responsabilidade), por outro lado, tais valores não podem estar fora no ato de gerar uma vida humana.

## CONCLUSÃO

No evoluir de nossa exposição, foram apresentados discursivamente alguns critérios que, a nosso ver, podem ser iluminativos para uma postura ética diante da problemática do aborto. Conscientemente, foi buscada uma explanação que fugisse duma postura sacral perante a vida. Buscou--se inclusive não entrar em argumentos especificamente teológicos. Quisemos assim despertar a consciência da dificuldade que envolve esse tipo de atuação em relação à vida de outrem e que não permite soluções prévias sem entrar no universo das opções e decisões pessoais.

Por outro lado, a atuação em prol da vida não pode ser reduzida apenas ao firme compromisso de impedir a eliminação de alguns muitos seres humanos indefesos, mas envolve também o engajamento em criar as condições existenciais mínimas para a promoção verdadeiramente humanizadora dos que são concebidos. Nisso não se pode fugir da convicção de que todos os que receberam a dádiva de sair da não-existência para a luz do existir trazem a potencialidade, de acordo com suas capacidades, de contribuição para a árdua tarefa humana de humanização, único caminho de divinização.

Não penetramos todos os meandros da questão. Estamos convictos de ter esboçado um quadro referencial para aclarar concepções e tomadas de posição. Elas merecem um espaço maior para aprofundamento. Somos esperançosos de que o leitor ou leitora que nos acompanhou até aqui terá criatividade para encontrar outros espaços para aprofundar a questão.

## NOTAS

(1) Cf. A. Moser, "A Paternidade responsável. Face a uma mentalidade contraceptiva" ("Paternidade responsável, Esterilização, Aborto"). Vozes, Petrópolis, 1975. O autor relata didaticamente uma série de motivações que são apresentadas para a prática do aborto e a dificuldade moral que carregam em si.
(2) Os dados estatísticos são um referencial para se perceber tendências e evidenciar desafios. Com respeito ao aborto, sem dúvida, eles revelam prática ascendente, mesmo que talvez não sejam tantos como é previsto projetivamente. Revelam também uma postura cada vez mais fria em relação ao significado ético que tal ação comporta.
(3) Cf. M. Vidal, "Moral de Atitudes. In Moral Fundamental". Ed. Santuário, Aparecida, 1986. pp. 29-30. A mudança de costumes e de comportamentos jamais são resultado exclusivo da vontade individual, comportam valores e aspirações socialmente partilhados e culturalmente elaborados.
(4) É preciso ter presente que evitar uma fecundação possui peso ético menor do que eliminar um feto. De sorte que, numa atuação antiabortiva, é preferível atuar para que as pessoas não ajam de forma a se ver na contingência de ter de eliminar uma vida.

## QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL DO TEXTO OU O DEBATE EM COMUNIDADE.

1. Há não muito tempo, o posicionamento de uma religiosa sobre o aborto, tornado público em revista de circulação nacional, provocou sérias controvérsias dentro do âmbito da vida religiosa e hierárquica. Na base existe a concepção de vida humana que é elaborada pelos diversos grupos envolvidos. Tendo presente a primeira parte do artigo, como você e seu grupo se situam diante dessa problemática?
2. O princípio que rege a convivência humana hoje é o pluralismo. Assim, quanto ao aborto e outras questões de ponta, não é possível fazer com que todos pensem a partir do mesmo projeto valorativo da realidade humana, embora seja tentador fazê-lo. Na sua atividade pastoral isto é levado em conta por você e sua comunidade? Como vocês reagem *afetivamente* diante do pluralismo?
3. Existiria alguma razão moral que implique uma atitude de acolhida de toda vida concebida pelo ser humano? Releia a terceira parte do artigo e procure posicionar-se diante da questão.

CONFERÊNCIA
DOS RELIGIOSOS
DO BRASIL: CRB NACIONAL

Rua Alcindo Guanabara, 24 – 4º andar – Cinelândia – Tel.: (021) 240-7299
20038-900 Rio de Janeiro, RJ

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1º de maio de 1994

A Palavra de Deus é a fonte primordial da *espiritualidade*, *isto é*, *do agir humano vivificado pelo Espírito* porque gera, irriga, mantém e renova a fé. O objeto da fé é sempre a Palavra de Deus. Diante, pois, desta Palavra, crer no que se lê. E ler para ampliar aquilo em que se crê.

— Havia alguns gregos, entre os que tinham subido para adorar, na festa. Estes aproximaram-se de Filipe, que era de Betsaida da Galiléia, e lhe pediram: 'Senhor, queremos ver Jesus', Jo 12, 20-21.

*VER JESUS*, uma aspiração que percorre os séculos. Sua figura domina o horizonte. Atrai a atenção e o respeito dos que crêem e dos que não têm fé. Todos desejamos ver sua face e ouvir sua voz. Ponto de convergência e centro de gravidade, é para ele que nossa vida quer ser orientada.

*Quem é Jesus*? DEUS VERDADEIRO. O dogma e a alma de todos os dogmas. Por isso, revelador do Pai. Filho de Deus, Filho próprio, de forma única e singular. Filiação divina e natural, fundamento de seu mandato e de sua obra messiânica. Mediador perfeito e necessário de uma salvação universal e definitiva pela reconciliação dos homens com Deus. VERDADEIRO HOMEM, também. De nossa espécie humana. *Sua humanidade está em todas as páginas do Evangelho*. Tem fome e sede. Fadiga-se. Faz amizades. Dorme. Comove-se. Chora. É tentado. Sofre e morre. Inseparavelmente verdadeiro homem e Deus verdadeiro. Sem perder o que era, começa a ser o que não era. A divindade suporta a debilidade do corpo e se submete às suas condições.

*Quem é Jesus*? O LOGOS encarnado. Uma decisão de amor e de muita coragem. A união dos contraditórios. Um desafio que nenhuma reflexão resolve. Só a fé torna possível. A 'lógica' da encarnação é escândalo para a razão. Deus, um silêncio de indizível majestade, revelou seu poder através da criação. Fez conhecer sua vontade enviando seus mensageiros. E no dia do seu agrado, desfez seu mistério incompreensível, imperscrutável, invisível. Falou distinta e claramente por *Jesus de Nazaré, a Palavra pela qual rompeu o seu silêncio*. Jesus, O LOGOS preexistente, plenamente Deus como o Pai. Uma jubilosa profissão de fé ressoa neste louvor.

*Quem é Jesus*? O CRISTO de Deus, seu consagrado, seu eleito, aquele que sua alma prefere, sua revelação definitiva. Exaltado à direita do Pai na glória, é o SENHOR. Irradiação da glória e imagem da substância do Pai. O primeiro e o último. A porta, nossa segurança. *Quem entrar por ele será salvo*. Ninguém vai ao Pai senão por ele. Quem o vê, vê o Pai. Por ele se penetra na intimidade das pessoas divinas para o estabelecimento de relações interpessoais entre nós e Deus. Cada um é chamado em Cristo e com Cristo a tornar-se um com o Pai e o Espírito Santo. "Que eles sejam também um em nós", (Jo 17, 21).

*Quem é Jesus*? O RESSUSCITADO, com a glória da divindade invadindo sua humanidade. Está vivo de novo para sempre. Tem a chave da morte e da região dos mortos. Nele, a realização antecipada do que está reservado para todas as criaturas. *Em Jesus, o futuro ainda não acontecido para o homem já aconteceu*. Ele é símbolo daquilo que deve advir a toda a natureza. O princípio ativo daquilo que vai se dar em toda parte. Em Cristo, Deus realizou, em substância, seu plano de amor, para em seguida completá-lo, por ele, em todas as coisas. Cristo RESSUSCITADO move e atrai todas as energias que ascendem da criação.

*Quem é Jesus*? O enviado, o mensageiro do Pai, a razão de nossa fé e o horizonte de nossa ação. O preço do nosso resgaste da escravidão, do pecado, da morte, do maligno. Nosso guia e nossa luz. O iluminador da consciência e do coração. *Ele me amou até morrer por mim*. Uma obsessão de amar sem reservas. Incondicionalmente. Diga SIM, também, à aventura de perder a própria vida por ele. Nele está o centro e o coração do homem, da história e da natureza. O único que lhes permite realizar o seu sentido, o seu dever-ser, num horizonte de esperança sem fim.

*JESUS significa Deus salva*. Identidade e missão. Este nome não perdeu seu valor e sua eficácia originais. Continua tendo extraordinário e infinito poder sobrenatural. Captar toda a força salvadora do mistério deste nome em seu poder transcendente de presença da própria divindade. Da encarnação ao nascimento e da circuncisão à realização pascal morte-ressurreição, JESUS é, em todo o seu ser, o dom da salvação para toda pessoa, mulher e homem.

Desejando-lhe toda *a PAZ* e todo *o BEM*, com fraterna amizade e renovada estima, subscrevo-me,

atenciosamente

**Pe. MARCOS DE LIMA, SDB**
Redator-Responsável/Convergência